

UNIVERSIDADE ABERTA



RELAÇÕES INTERCULTURAIS NA EUROPA
Uma Perspetiva na Imprensa Portuguesa entre 2013 e 2015

Júlio Omar Affonso Mateiro

Dissertação de Mestrado em Estudos sobre a Europa

2019

UNIVERSIDADE ABERTA



RELAÇÕES INTERCULTURAIS NA EUROPA

Uma Perspetiva na Imprensa Portuguesa entre 2013 e 2015

Júlio Omar Affonso Mateiro

Dissertação de Mestrado em Estudos sobre a Europa

Orientadora: Professora Doutora Maria do Céu Martins
Monteiro Marques

2019

RESUMO

Esta dissertação tem como principal objetivo perceber se os conceitos e paradigmas atuais sobre interculturalidade e espaço público encontram eco na imprensa nacional e contribuem para a formação e estruturação da sociedade. A crise dos refugiados reforçou os nossos valores identitários e mostrou a relatividade dos conceitos humanistas. O aumento da entrada de imigrantes muçulmanos na Europa, habituados a exercer as suas crenças noutra ambiente cultural, veio trazer conflitos ao nosso meio ambiente. O âmbito deste estudo reside na reflexão em torno do que poderão ser as bases de uma cultura comum, os preceitos da interculturalidade, que nos permitam adotar relações interculturais saudáveis como forma de estar no mundo.

Abordamos a questão do ponto de vista dos estereótipos, a língua, a educação e o modo como, de uma maneira geral, chegamos ao conhecimento do outro e da sua cultura. Tudo isto são ferramentas fundamentais para o desenvolvimento de uma atitude intercultural que promova o entendimento entre os povos. O espaço público e o que ele representa numa sociedade multiétnica, multirreligiosa e multicultural reflete a nossa identidade e modo de vida determinando tanto o presente como o futuro. São também considerados os novos espaços públicos bem como o espaço público sob diversos pontos de vista que não apenas o da comunicação social.

Em concordância com o estudo teórico feito, fazemos uma consulta à imprensa escrita portuguesa, entre 2013 e 2015 sobre a crise dos refugiados, procurando desconstruí-la, a fim de detetar se a realidade das notícias e o seu impacto na sociedade e no espaço público vão ao seu encontro, se aproximam ou se afastam.

De acordo com o estudo que realizámos, pode concluir-se que a comunicação social influencia a sociedade através da validação ou contestação dos seus valores culturais, e que a sociedade influencia a interculturalidade na transmissão intergeracional desses mesmos valores, formando-se uma sinergia que pode ser negativa ou positiva mas sempre responsabilizante.

Palavras-chave: Interculturalidade; Espaço Público; Imprensa; Europa; Portugal.

ABSTRACT

The research has as main objective to understand if the current concepts and paradigms on interculturality and public space are echoed in the national press and contribute to the formation and structuring of society. The refugee crisis reinforced our identity values and showed the relativity of humanistic concepts. The increase in the influx of Muslim immigrants in Europe, accustomed to exercising their beliefs in another cultural environment, has brought conflict with our environment. The scope of this study lies in the reflection on what could be the basis of a common culture, the precepts of interculturality, that allow us to adopt healthy intercultural relations as ways of being in the world.

We approach the question from the point of view of stereotypes, language, education and the way in which, in general, we come to the knowledge of the other and its culture. All of these are fundamental tools for the development of an intercultural attitude that promotes understanding between peoples. Public space and what it represents in a multiethnic, multireligious and multicultural society reflects our identity and way of life and determines both the present and the future. New public spaces as well as the public space from different points of view are considered, not just that of the media.

In accordance with the theoretical study, we make an appeal to the Portuguese press, between 2013 and 2015 on the refugee crisis, seeking to deconstruct it in order to detect whether the reality of the news and its impact on society and the public space will they approach or move away.

According to our study, it can be concluded that social communication influences society through the validation or contestation of its cultural values, and that society influences interculturality in the intergenerational transmission of these same values, forming a synergy that can be negative or positive but always accountable for.

Keywords: Interculturality; Public space; Press; Europe; Portugal.

DEDICATÓRIA

Para a minha mulher,
Luz que apareceu na minha vida,
Calor dos meus dias,
Sorriso da minha alma,
Obrigado, sem ti nada teria sido possível!

AGRADECIMENTOS

Queria agradecer em primeiro lugar, e como não podia deixar de ser, à minha orientadora Prof.^a Doutora Maria do Céu Marques (Coordenadora do Mestrado em Estudos sobre a Europa), por me aceitar como seu mestrando e pela orientação que me deu, por tudo em que me apoiou durante o período em que fiz a minha Dissertação.

Na mesma linha quero deixar breves agradecimentos à minha mulher e a toda a minha família e amigos que não me deixaram desistir, bem como a todos os amigos “do curso” e de várias licenciaturas com quem fui tendo contacto ao longo dos anos, estando sempre presentes e dando-me força e conselhos tantas vezes vitais.

À Universidade Aberta quero deixar um OBRIGADO do tamanho do mundo ou melhor dizendo, dos mundos que me deu por permitir fazer a Licenciatura e o Mestrado, fazendo chegar o conhecimento e o saber aos 4 cantos do mundo, onde de outra forma não chegaria. Queria também acrescentar que foi a Licenciatura em Estudos Europeus minor de Economia, Direito e Sociologia que me permitiu ser um dos escolhidos num concurso para 40 vagas com 1200 candidatos, e que mudou a minha vida.

Finalmente e não menos importante quero deixar uma palavra de apreço ao meu grupo de Facebook UAB-LEE onde partilhei todo o meu percurso com colegas, chorei, ri, tirei dúvidas, aprendi regras, ajudei e fui ajudado, conheci e fiz amigos que ficarão para a vida, e para quem estarei para sempre disponível.

Um grande bem-haja a todos!

ÍNDICE

RESUMO	V
ABSTRACT	VII
DEDICATÓRIA	IX
AGRADECIMENTOS	XI
ÍNDICE	XIII
ÍNDICE DE FIGURAS	XV
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - MUDANÇAS NA CULTURA: DA INTERCULTURALIDADE À IDENTIDADE	5
1.1. Interculturalidade e Multiculturalismo	7
1.2. Cultura – diferentes olhares	14
1.2.1. A cultura enquanto civilização	15
1.2.2. A cultura enquanto arte	19
1.2.3. A cultura como modo de vida de um povo	19
1.2.4. A cultura como poder	20
1.3. A cultura e o espaço público	21
1.4. Identidade como parte integrante da cultura	23
1.4.1. Conceito de Identidade	24
CAPÍTULO II - ESPAÇO PÚBLICO	37
2.1. O espaço público - desafios de apropriação de cultura(s)	39
2.2. Esfera pública	42
2.2.1. A importância da linguagem	43
2.3. A comunicação social	45
2.4. A comunicação intercultural	46
2.5. Espaço público e multimédia	47
2.6. Espaço Público Europeu	49
CAPÍTULO III - O PAPEL DA IMPRENSA NA INTERCULTURALIDADE E ESPAÇO PÚBLICO PORTUGUÊS	55
3.1. Imprensa	57
3.1.1. Imprensa Portuguesa	59

3.1.2. A imprensa como agente de conhecimento e construtora da realidade	63
3.1.3. O sensacionalismo do jornal impresso	67
3.2. Relações Interculturais na Europa – análise à imprensa portuguesa entre 2013 e 2015	71
CONCLUSÕES.....	85
BIBLIOGRAFIA	89

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Relação entre comunicação social, cultural e interculturalidade no espaço público europeu	52
Figura 2 - Tiragem e Circulação do Diário de Notícias no ano 2013	72
Figura 3 - Tiragem e Circulação do Diário de Notícias no ano 2014	72
Figura 4 - Tiragem e Circulação do Diário de Notícias no ano 2015	73
Figura 5 - Tiragem e Circulação do Público no ano 2013.....	73
Figura 6 - Tiragem e Circulação do Público no ano 2014.....	74
Figura 7 - Tiragem e Circulação do Público no ano 2015.....	74
Figura 8 - Tiragem e Circulação do Expresso no ano 2013	75
Figura 9 - Tiragem e Circulação do Expresso no ano 2014	75
Figura 10 - Tiragem e Circulação do Expresso no ano 2015.....	76
Figura 11 - Manchete do Diário de Notícias do dia 23 de outubro de 2014	78
Figura 12 - Manchete do Diário de Notícias do dia 12 de janeiro de 2015.....	79
Figura 13 - Manchete do Diário de Notícias do dia 20 de abril de 2015	79
Figura 14 - Manchete do Público do dia 18 de janeiro de 2015	80
Figura 15 - Manchete do Público do dia 8 de fevereiro de 2015.....	81
Figura 16 - Manchete do Público do dia 17 de novembro de 2015	81
Figura 17 - Manchete do Expresso do dia 30 de Agosto de 2014	82
Figura 18 - Manchete do Expresso do dia 25 de outubro de 2014.....	83
Figura 19 - Manchete do Expresso do dia 29 de agosto de 2015	83

INTRODUÇÃO

As notícias, que têm vindo a público nos últimos tempos, procuram denunciar e alertar os países europeus para um problema grave com que alguns países se confrontam: a chegada de imigrantes ilegais e refugiados que surgem diariamente em pequenas embarcações, pondo em risco a própria vida, para supostamente fugirem da guerra, fome e perseguições políticas que ocorrem nos seus países de origem.

A história da Humanidade em geral, e da Europa em particular, é uma história de movimento sendo as migrações, invariavelmente, uma procura de “uma situação melhor”.

Desde sempre, os homens levaram a sua cultura para onde foram e aprenderam a cultura do local onde foram ter, misturando as duas ao longo do tempo.

Falar de emigrantes, imigrantes e refugiados tem uma coisa em comum, as relações interculturais. Existem condições específicas para que se dê uma relação intercultural “saudável” e está sobejamente estudada por governos e sistemas de ensino. As dificuldades na sua implementação são conhecidas e referidas por diversos autores em que nos apoiamos para fazer este estudo pelo que encaramos a questão pelo lado da imprensa e da influência que esta tem na sociedade.

O estudo que nos propomos realizar é de carácter exploratório, com cariz essencialmente qualitativo, por considerarmos que o objetivo deste possibilita uma investigação exploratória e explicativa, com recurso a uma pesquisa bibliográfica e análise documental privilegiando-se a diversidade de fontes para o enquadramento teórico do tema em estudo: relações interculturais na Europa e seus reflexos na imprensa portuguesa entre 2013 e 2015.

A dificuldade deste estudo prende-se com a impossibilidade de determinar em que medida a imprensa influencia a opinião pública, devido à grande diversidade dos *media*, que imprensa o faz e sobretudo que modificações opera no pensamento, modo de agir e por conseguinte, sociedade e cultura dos indivíduos em questão.

A relevância deste estudo tem a ver com a necessidade de compreender as múltiplas conceções e aplicações das relações culturais na Europa. No primeiro capítulo começaremos

por apresentar a definição de “Interculturalidade”, sendo que urge distingui-la de “Multiculturalismo”. Multiculturalismo é uma ideologia aplicável a determinadas circunstâncias, uma filosofia societária, enquanto Interculturalidade é uma forma de estar na vida, uma atitude perante os outros, um percurso pessoal antes de ser societário. Melhor dizendo, “Interculturalidade é uma forma de integração cultural, processo, através do qual, uma cultura interage, torna-se híbrida e se funde com a outra e baseia-se não numa Ideologia, mas numa relação intercultural, um ato cívico, associativo, de trabalho, social ou familiar entre duas pessoas de culturas diferentes (DAMÁZIO, 2008)”.

Iremos, por conseguinte, decompor o conceito de interculturalidade e definir cultura, para depois nos debruçarmos sobre a forma como se integram as culturas. Cada cultura, ainda que permeável e mutável por vários fatores como invasões, conquistas, mudanças de regime, entre outros, incluindo culturas dominantes, é um universo em si mesmo, que permitindo pontos de contacto nas extremidades mantém o núcleo fechado e indiviso até à sua extinção e, por vezes, para além dela como atestam as línguas mortas, os monumentos e as instituições.

Discorreremos, seguidamente, sobre identidade e comunicação. Através da comunicação passamos a cultura às gerações seguintes que, por sua vez, a vão interpretar e retransmitir, no eterno ciclo da vida. Cultura, no sentido amplo do termo significa mais do que política ou economia, significa “modo de vida”.

No segundo capítulo caracterizamos o espaço público, em relação à cultura como ela é entendida nos dias de hoje, para depois entrar na modernidade e refletirmos em torno da delimitação do “mundo da vida” no sentido Habermasiano do termo. Finalizamos o segundo capítulo com o contexto histórico dos Direitos Humanos, confluindo no Espaço Público Europeu delimitado por eles.

Dado que nos propomos refletir sobre a forma como se processam as relações interculturais no espaço público europeu, delimita-se o contexto em que essa dialética acontece e chegamos ao que pensamos ser as linhas mestras que descrevem melhor este aspeto intercultural.

A comunicação social, por sua vez, reclama o seu papel face a esta realidade e, por isso, no terceiro capítulo, pretendemos expor através da análise da imprensa escrita portuguesa entre 2013 e 2015 (anos em que a crise dos refugiados atingiu uma proporção mais assustadora), a forma como são abordadas as notícias pelos *media*, através da informação e publicitação

de notícias sobre as relações interculturais, e como influenciaram o espaço público português.

**CAPÍTULO I - MUDANÇAS NA CULTURA: DA INTERCULTURALIDADE À
IDENTIDADE**

1.1. Interculturalidade e Multiculturalismo

O conceito de interculturalidade surgiu nos anos 70, do século XX, em França, fruto da inclusão dos filhos dos imigrantes e consequente adaptação dos métodos educativos. Em Portugal, surgiu nos anos 90 por inclusão na Comunidade Económica Europeia e seguindo o modelo francês (SARMENTO, 2015). Nesta altura, em Portugal, a interculturalidade era entendida como mediação sociocultural, uma forma institucional de se alcançar a inclusão e a coesão social.

Segundo QUIROZ “a interculturalidade supõe agora também abertura diante das diferenças étnicas, culturais e linguísticas, aceitação positiva da diversidade, respeito mútuo, busca de consenso e, ao mesmo tempo, reconhecimento e aceitação do dissenso, (...)” (2007: 21-22). Também VALENTE aponta a interculturalidade como um “pluralismo cultural” que “significa afirmação de cada cultura e a abertura às outras culturas. Assim as culturas tentam encontrar pontos comuns para se complementarem” (2008: 14).

“A statement that marks the emphasis currently placed on interculturalism can be found on the seventh “Common Basic Principle[s] for Immigrant Integration” of the European Union (European Commission 2004), which argues that the frequent interaction between immigrants and citizens of the member states is a fundamental mechanism for integration, emphasizing the importance of communal forums, intercultural dialogue, and information about immigrants and their cultures.”

(Sarmiento, 2014: 610)

É partindo desta premissa da interculturalidade, que as políticas interculturais europeias respeitam estes princípios, afinal os seus espaços públicos, a imprensa, a educação e formação, as instituições e tudo o que nos rodeia fazem parte da nossa interação social.

Entre nações não laicas, a interculturalidade pode revestir-se de outros pressupostos, gravitar noutras circunstâncias, mas se pensamos no âmbito europeu temos obrigatoriamente de ter em conta as políticas interculturais europeias. Pode então, dizer-se que a interculturalidade se reveste de características diferentes consoante o local onde se aplica e por quem (ROCHA-TRINDADE, 2006).

“No mundo aberto e plural de hoje, com a globalização e os novos meios de comunicação, com os média, a internet, as facilidades de deslocação e os meios de transporte rápidos, a diversidade cultural e o Outro têm hoje um outro estatuto e imagem. O Outro não está longínquo e distante, mas está mais próximo e presente no quotidiano e, ainda que nem sempre aceite e compreendido, coabita connosco e reclama respeito e direitos. Temos assim uma diversidade cultural que encontramos no seio dos Estados, das cidades, no dia-a-dia, relacionada com a abertura ao mundo, a globalização e a cidadania”

Interculturalidade reside nas zonas de interseção cultural e como tal, é um atributo presente entre países, culturas, cidadãos e não necessariamente, dentro dos países, culturas e cidadãos. O prefixo “inter” é diferente de “trans” ou “intra”, que pressupõem superação (superioridade) ou interioridade (identidade). “Inter” pressupõe uma relação que implica pelo menos dois lados, duas pessoas, culturas ou nações que se vão relacionar.

Esta relação deve passar por uma atitude que salvaguarde duas culturas através da sua aprendizagem mútua, e não o desaparecimento ou exclusão de uma delas através de assimilações. As duas culturas ficam mais ricas, mesmo mantendo os seus elementos estruturais e compreendem e tornam-se capazes de aceitar melhor a outra cultura. Apenas o aumento de informação sobre o outro ajuda a ultrapassar os obstáculos.

Atualmente, sabe-se que devemos entender a interculturalidade como facilitadora da inclusão e aproximação das fronteiras do multiculturalismo através da comunicação. Como reconhecido e fomentado nos “Princípios Básicos Comuns para a Integração de Imigrantes” da UE 2004, princípio 7, “...a interação frequente entre os imigrantes e os cidadãos dos Estados membros é um mecanismo fundamental para a integração...”.¹

É importante referir que interculturalidade não é integração, embora políticas de integração eficazes contribuam para um aumento da interação entre imigrantes e autóctones. No entanto, ao tentarmos definir interculturalidade não podemos ignorar as potencialidades e os problemas que surgem da relação intercultural promovida pelas migrações. Se, por um lado, se sabe que as migrações devem potenciar o cruzamento de culturas e a partilha, por outro, sabe-se que facilita o desenvolvimento de relações mais difíceis, fora da cultura de origem (LAUNIKARI, 2005). Independentemente das especificidades culturais, económicas e sociais das diversas sociedades de acolhimento, é de consenso geral entre os estudiosos da problemática das migrações, que a “igualdade de oportunidades entre todos os residentes de cada espaço nacional”, nomeadamente a nível de trabalho e aquisição de cidadania, são fundamentais para contrariar formas de exclusão e obstar a formas de xenofobia ou racismo.

No entanto, segundo ROCHA-TRINDADE (2005), a diversidade política e cultural dos vários Estados membros faz com que seja difícil estabelecer uma política comum de

¹ “Agenda Comum para a Integração Enquadramento para a integração de nacionais de países terceiros na União Europeia”. EUR-Lex, Access to European Union law. Document 52005DC0389. <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:52005DC0389>, consultada a 15 de setembro de 2016.

integração de imigrantes, existindo o consenso apenas em orientações de carácter geral, como o direito ao reagrupamento familiar, o acesso aos benefícios sociais e ao fato de ser desejável a integração. No entanto, deve consultar-se a Carta de Direitos Fundamentais, visto que as políticas de integração são remetidas à responsabilidade de cada Estado Membro sendo que, igualdade de condições de trabalho, benefícios da segurança social, educação e saúde, bem como direitos de livre circulação, residência própria ou cidadania plena, são objetivos atingidos de forma e em tempo diferentes em cada país, o que em nada contribui para a unificação das leis nacionais sobre a imigração. Importa aqui lembrar que “a integração é um processo bilateral, que envolve a adaptação tanto por parte do imigrante como pela sociedade de acolhimento”, tornando-se assim num processo dinâmico que evoluirá de acordo com os tempos e as respetivas conjunturas.²

A atitude intercultural que se pretende atingir não é constituída só de integração, pois esta por si é promotora de situações multiculturais mais ou menos estanques. O interculturalismo deve resultar numa situação híbrida, livre e reconhecida o suficiente pelos autóctones que permita o nascer de novas identidades.

“A perspetiva intercultural é uma filosofia que apoia a abordagem e o desenvolvimento da educação intercultural e a defesa dos Direitos Humanos e o combate à discriminação, ao preconceito étnico e ao racismo” (ROCHA-TRINDADE, 2006: 23). É a perspetiva conceptual das raízes éticas e jurídicas que apoiam a abordagem e desenvolvimento da educação intercultural, consensual de um grupo de cientistas sociais e humanistas europeus³ (ROCHA-TRINDADE, 2006).

Esta é uma filosofia que se pode integrar no paradigma modernista que abarca um vasto conjunto de abordagens sobre o nacionalismo. Segundo HORTA (2008) no paradigma pós-modernista, alguns autores como Homi Bhabha e Stuart Hall preconizam a sociedade como um organismo vivo, com identidades híbridas, em que a evolução se dá não perante

² Compete ao Estado proceder regularmente a observações e avaliações da evolução do processo de integração de toda a população estrangeira, através de um Observatório que integre essas funções. Importa prever, atempadamente, a evolução do aumento demográfico dos descendentes de imigrantes resultante do reagrupamento familiar, por um lado, e da multiplicação de gerações, por outro. Esta ação prospetiva tem em vista preparar, com a antecedência indispensável, o ingresso destes descendentes, em número previsível superior à centena de milhar, no sistema educativo português.

³ Segundo Rocha-Trindade (2006) este grupo de cientistas sociais e humanistas europeus são: António Perotti, Carmel Camilleri, Louis Porcher, Micheline Rey, Martine Abdllah-Pretcelle, Geneviève Zarat, Crispin Jones, Jagdish Gundara, entre outros.

processos pré-determinados com um fim previsível, mas numa fluidez comandada apenas pelas circunstâncias e forças em jogo no momento.

“The ongoing globalization of almost all aspects of social life tends to erase the differences between cultures and is replacing them with a global consumerist culture. This process has made it almost impossible to preserve unity and continuity within one and the same culture. Identity, like many other aspects of life in postmodern societies, is increasingly becoming a matter of individual preferences.”

(Ahmadi, 2005: 99)

Ahmadi (2005) projeta as responsabilidades das estruturas de pensamento para a globalização e o consumismo afirmando que as culturas nacionais são ultrapassadas pelo surgimento de um novo tipo de cidadão cosmopolita, com múltiplas identidades potenciais. Esse pode ser o novo terreno comum da interculturalidade. Aquele lugar onde ambos os atores interculturais se sentem confortáveis, conhecem e podem prever as reações do outro. Mas é importante interrogarmo-nos, até numa futura investigação, “Será que precisamos de uma cultura comum para nos entendermos ou bastará um objetivo comum?”. Por enquanto focamo-nos na interação intercultural.

A relação intercultural obedece a alguns pressupostos como linguagem comum, tradução eficaz e isenta, conhecimento da própria cultura, conhecimento da cultura do outro, confiança, mas não inclui, obviamente, nenhuma forma de afirmação de superioridade ou constatação de submissão. Para ilustrar o que à interculturalidade diz respeito, um exemplo é que tanto é válido o casamento livre e consentido entre duas pessoas adultas, como o casamento arranjado com menores a partir dos 7 anos. Tanto é válido o conceito de igualdade religiosa como de várias castas e “estados de evolução”, de homens e mulheres iguais como de uns dominados pelos outros. Todos os conceitos são válidos dependendo das culturas onde estão inseridos e são esses princípios que definem a forma como se vai processar a interculturalidade dessa região ou povo.

A interculturalidade no espaço público europeu está ainda na era da modernidade, a transitar para um momento híbrido sobretudo graças ao grande fluxo de imigração, mas ainda ancorada a nacionalismos e estruturas de pensamento herdadas da era industrial. Sabe-se que pela influência da relatividade cultural, o desajustamento dos Direitos Humanos em relação a algumas realidades e culturas, entre outras questões, dificultam a plena partilha de culturas.

Sobre o multiculturalismo, como o nome indica, são muitas culturas a conviver dentro de um mesmo espaço, partilhando o território de acordo com as culturas dos vários grupos e comunidades e sem subordinação à sociedade maioritária. O multiculturalismo pode ser

visto como espaço limitado e estático dentro do qual diferentes culturas coabitam. É um conceito que se centra em questões de identidade e cidadania e configura diferenças étnicas e religiosas como essenciais (KYMLICKA, 2012).

“Por um lado, nós temos que convir que nós hoje vivemos uma época de discussões sobre o multiculturalismo porque durante muito tempo vivemos sob o domínio exclusivo do monoculturalismo. Não que não houvesse multiculturalismo; ele existia, simplesmente não era reconhecido como tal e, portanto, o monoculturalismo assentou-se fundamentalmente numa grande supressão de culturas alternativas que sempre existiram sob a cultura dominante. Sob esta cultura elas foram progredindo, elas foram sobrevivendo, apesar de marginalizadas, apesar de por vezes suprimidas. Mas, de todo modo, elas nunca foram completamente abolidas e, em certos momentos, elas foram obviamente aparecendo.”

(Gandin; Hypolito, 2003: 11-12)

As políticas multiculturais, tanto as nacionais e europeias como as promovidas por organizações internacionais são, na sua maioria, baseadas nos direitos das minorias e movem-se numa direção paralela, mas potencialmente concorrente com os sentimentos de nacionalidade e com as várias políticas nacionais. De acordo com a nossa pesquisa podemos dizer que as políticas multiculturais se mantêm paralelas enquanto os direitos das minorias não obrigarem a cedências ou, em muitos casos, simplesmente intercetarem os direitos das maiorias. Nesses casos, são imediatamente aproveitadas por partidos ou organizações ativistas das franjas do espectro partidário e o resultado costuma ser, não o adquirir de mais direitos para as minorias, mas a guetização das mesmas, enclausurando-as pela excessiva visibilidade e falta de poder de influência democrática (SANTIAGO DE SOUSA; IVENICKI, 2016).

Enquanto o multiculturalismo pode ser caracterizado como uma celebração da diversidade étnica e cultural, encorajando os cidadãos a reconhecê-la através da divulgação dos seus marcadores culturais, como sendo os costumes, as tradições, a roupa, a cozinha ou a música, ignora as diferenças económicas e políticas deixando as minorias que pretende acolher numa situação de desemprego, fraca formação ou educação, problemas de residência ou de representação política. A celebração da diversidade cultural não resolve estas questões (KYMLICKA, 2012).

Um aspeto a ter em conta são os choques culturais que podem dar origem a problemas étnicos ou raciais, independentemente das culturas ou lugar onde se encontrem, mas, sobretudo, devemos prestar atenção às situações em que a cultura ou as tradições obrigam a quebrar a lei da sociedade de acolhimento como, no caso europeu, os casamentos forçados ou o consentimento do sexo com menores, apenas para citar alguns exemplos. São costumes e

tradições aceitáveis e até desejáveis numa determinada sociedade e cultura, mas que intercetam ou entram em choque profundo noutra sociedade e cultura.

As instituições dos países europeus de acolhimento abordam estes choques culturais da única maneira que conseguem, ou seja, acaba por acontecer uma sub-representação na participação política e nas oportunidades económicas, resolvidas através de um assistencialismo assente em subsídios, que tem como principais resultados alimentar dogmas culturais das minorias e propiciar ainda mais aproveitamento partidário e dá-se uma excessiva permissividade na interpretação dos direitos humanos (direitos fundamentais no caso europeu), permitindo que a cultura minoritária seja desculpada e, por vezes, a cultura maioritária culpabilizada. A título de exemplo, temos o extraordinário aumento de casos de violações que têm ocorrido em vários países europeus com elevadas taxas de imigrantes, como a Suécia, e onde os políticos aconselham os cidadãos da cultura nativa a não frequentarem determinados espaços públicos ou mesmo a vestirem-se de modo a não ofenderem as culturas imigrantes.

É neste seguimento, e face ao confronto cultural emergente originado pelo aumento da imigração, que se entende que os Direitos Humanos são, efetivamente, uma conquista da nossa civilização e não de outras ou pelo menos, de todas em igual medida.

“A idéia de direitos humanos universais é, do ponto de vista moral (em oposição a um ponto de vista legal), paradoxal. (...) A idéia de direitos humanos universais parece pressupor a doutrina filosófica do universalismo ético. Essa é uma doutrina familiar no Ocidente. Tem a sua origem na filosofia estoíca. Constitui a base filosófica da religião cristã. Teve a sua mais completa articulação teórica na filosofia de Kant. Essa filosofia influenciou fortemente os fundadores das Nações Unidas e os idealizadores da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Mas a doutrina de universalismo ético é controversa. Alguns a vêem como uma forma de “imperialismo” cultural, isto é, uma expressão da hegemonia cultural do Ocidente. Outros negam a possibilidade de uma ética universal e sustentam que toda a moralidade nasce de culturas particulares, e desde que existem, obviamente, diversas culturas no mundo, deve haver muitas moralidades. De acordo com esse ponto de vista de “relatividade cultural”, depreende-se que a idéia de direitos humanos não é, de todo, universal ou deve haver diferentes concepções de direitos humanos em culturas distintas.”

(Freeman, 1998: 303)

Tem de defender-se a ordem liberal-democrática constitucionalista, mas não pode nem deve ser imposta nos outros países, ordens e sistemas, dado que seria uma atitude que faz parte de um pensar que foi herdado de uma tentativa de americanização do mundo, da moldagem dos seus valores (GADOTTI, 2014). Hoje, predominam dois eixos centrais de poder, o economicismo e a globalização, e toda e qualquer ideologia se torna válida desde que trabalhe para estes dois princípios. Paz, segurança, saúde, educação, abrigo, alimentação são

requisitos para se viver em sociedade e equivalentes no seu valor como marcadores culturais, em qualquer sociedade e cultura.

O cidadão toma consciência progressiva da sua pertença ao mundo enquanto aldeia global, muito por causa dos *media*, que o tornam espectador central de acontecimentos que o ultrapassam e não controla. Esta situação faz com que o cidadão saia do seu casulo egotista e etnocêntrico e tome consciência da diversidade social e cultural, que importa absorver e compreender. A pedagogia intercultural adquire significado prático, e a compreensão do outro assume formas que por vezes chocam, com os modelos comportamentais das sociedades a que pertence (SANTOS, 2001). Os Direitos Humanos revelam-se insuficientes e, sobretudo, ineficazes para se ultrapassar a dicotomia nacionalidade/globalização ou laicidade/religiosidade, entre outras.

“Da procura da compreensão substantiva dos mecanismos, das formas, dos julgamentos de base, dos valores que presidem aos relacionamentos interpessoais, emergirá o ideário intercultural, cuja metodologia vem suceder à visão algo formalista e mítica de entender as sociedades como eminentemente homogêneas, impermeáveis, imutáveis, centradas sobre si mesmas, fiéis depositárias do bem comum, das nações como expoentes emblemáticos do povo soberano. Foi este, afinal, o sonho dos que imaginaram as sociedades orgânicas como exemplos concretizáveis de uma adequada distribuição de funções e de poderes entre os vários elementos e instituições, garantindo, assim, à priori, uma previsibilidade dos objetivos a atingir e também dos comportamentos sociais expectados.”

(Rocha-Trindade, 1993: 870)

A questão de integração de imigrantes nas nossas sociedades tem-se tornado numa questão de justiça social cujo direito “universal” de implementação cabe a todos nós como herdeiros legítimos de uma sociedade que os criou, um dever de cada um de acordo com a sua cultura e as leis do seu país, defendendo em última instância as leis europeias.

Esta atitude de justiça social, embora subtil, faz toda a diferença pois faz com que respeitemos a legislação, mas entenda-se que a legislação nos países de ordenamento laico liberal-democrático não é separável dos Direitos Humanos. Não podemos deixar de obedecer à legislação para cumprir os Direitos Humanos nem vice-versa. A nossa identidade, enquanto europeus ou cidadãos de países europeus, está intimamente ligada aos princípios consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, que foram adotados pelas Constituições dos diversos países, pois tanto umas como outras emanaram da nossa

história e da nossa herança judaico-cristã, e abdicar das nossas leis é também abdicar da nossa identidade.⁴

Por outro lado, se tivermos consciente que os Direitos Humanos não são cumpridos em diversos países de origem dos imigrantes, a nossa relação com essas pessoas não deve ser negativa ou preconceituosa à partida, deve colocar-se a nossa experiência com a outra cultura ao nível da aprendizagem, evitando-se os julgamentos iniciais incontornáveis quando pensamos que estamos certos e nos arrogamos “representantes de direitos universais”.

A relatividade cultural funciona a nosso favor nos dois sentidos, tanto fazemos cumprir as nossas leis preservando a nossa identidade como respeitamos e valorizamos a identidade do outro, promovendo a sua integração.

A nossa investigação converge no sentido de um caminho principal para uma integração eficaz, em qualquer cultura, rumo à “interculturalidade”. O caminho da integração deve dar-se havendo fomento pela cultura da maioria na educação e formação da cultura da minoria, e também o inverso. É importante que haja trocas entre as duas culturas, para que se inicie o caminho que começa a ser trilhado desde que o imigrante sai da sua origem e a partir do momento que existe qualquer interação.

A interculturalidade ultrapassa a barreira que é o próprio conceito de cultura. Como refere Clara SARMENTO citando Stuart HALL, “as próprias noções de pertença e de pátria estão a ser reconceptualizadas nos contextos da migração, da desterritorialização, da diáspora, da virtualidade, da digitalização e de tantas outras características do mundo globalizado” (2015:13). As identidades culturais já não são consideradas fixas, mas fluidas. Não são um dado adquirido, mas desempenhado.

1.2. Cultura – diferentes olhares

A cultura é um modo de ser e de agir que adquirimos dos nossos pais, professores e amigos e que passamos aos nossos filhos através da educação. “Our culture will affect and determine our behavior during all phases of our life. As human beings, we can belong to various cultural

⁴ “A Carta dos Direitos Fundamentais”, Fichas técnicas sobre a União Europeia, Parlamento Europeu. http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_1.1.6.html, consultada a 17 de setembro de 2016.

groups and, thus, we organize our value system based on the various cultural patterns we identify with.” (GARCEA, 2005: 56).

Toda a sociedade tem os seus pilares estruturais que dão forma à sua cultura. Numa sociedade fortemente industrializada é natural que alguns dos valores culturais sejam o trabalho, a propriedade privada e o sucesso pessoal ligados à liberdade ideológica. Esses são valores que constituem o seu núcleo fechado, indiviso. Assim, quando um cidadão imigra de uma sociedade fortemente industrializada, com esses valores, mantém por norma, ao longo da vida a crença que o seu sucesso pessoal é indissolúvel da propriedade privada que possuir ou do estatuto profissional que tiver. No entanto, é importante ressaltar que qualquer indivíduo influencia e é influenciado pelo meio onde vive. Se essa sociedade de destino for uma sociedade essencialmente agrícola, religiosa, militar ou outra que beneficie fatores estruturais diferentes, o cidadão que imigrou vai, por exemplo, interagir culturalmente nos pontos comuns como sejam o trabalho, mas não havendo propriedade privada já não poderá discutir os frutos desse trabalho. Terá de respeitar a cultura do “outro”, no entanto, o núcleo da sua cultura poderá continuar indiviso porque acredita em propriedade privada, passando isso aos seus filhos, e pode gerar um processo de revolta e desconforto em relação à sociedade onde reside. Tudo isto pode ter repercussões futuras e atrasar a sua integração, bem como da sua família no particular ou comunidade no geral, porque comunidades são extensões de relações familiares (AHMADI, 2005).

“Falei de cultura ao evocar o substrato judeu-cristiano-greco-latino e de civilização ao evocar o humanismo, a racionalidade, a ciência, a liberdade. Estes dois termos, que em francês se sobrepõem muitas vezes, distinguem-se claramente no pensamento alemão, no qual cultura designa aquilo que é singular e específico numa sociedade, enquanto a civilização diz respeito àquilo que pode ser adquirido e transmitido de uma sociedade para outra.”

(Morin, 1987: 61)

No que interessa a esta investigação, segundo SARMENTO (2015), a partir do século XVIII, a noção de cultura teve como significado consensual o progresso espiritual e moral da Humanidade, e a este conceito está subjacente uma ideia de processo, com um produto final. Assumindo este ponto de partida, que é consensual ao conceito de cultura desde o seu significado na Grécia antiga, podemos encontrar os mais variados significados com os mais diversos marcadores, para classificar cultura.

1.2.1. A cultura enquanto civilização

“A cultura entendida enquanto “civilização” assenta no conceito de “civilizado”, que estabelece uma dicotomia com o conceito de “selvagem” e recorda de imediato a missão imperial, etnocêntrica e/ou elitista de “levar a civilização a outros povos, dentro e fora de uma nação. Esta realidade implica invariavelmente a existência de um “superior e de um “inferior”, de um “culto” e de um “inculto”. O primeiro elemento do binómio oferecerá generosamente o seu saber ao elemento dele desprovido, que o deverá adotar de forma grata, acrítica e passiva. Ao longo da história, e sob a capa dos mais diversos discursos, esta noção esteve na origem de inúmeras manifestações de desigualdade, opressão e colonialismo.”

(Sarmiento, 2015: 26)

Este é um conceito de cultura pensada como civilização que se refere à sociedade industrializada do século XIX e que, porquanto errado, ultrapassado e pejado de inconsistências, persiste no nosso imaginário (PINHEIRO; GUIMARAES, 1998). Naturalmente podemos pensar, que somos mais educados, que temos uma cultura superior a outra, mas esquecemos frequentemente que este pensar nasceu e floresceu quando nós colonizávamos outros povos, espalhando e disseminando a nossa cultura.

As recentes migrações em grande escala têm provado aos europeus que disseminar cultura na própria casa pode ser mais complicado do que durante a colonização.

“The fact that the world has witnessed several waves of mass immigration during the closing decades of the 20th century indicates that an increasing number of people dare now to pursue and maybe revise their life ideals. Although there have always been reasons for migration – wars, poverty, adverse political circumstances – and although during the past centuries the world has witnessed some examples of mass immigration, it is not until the last decades that migration has become a serious alternative for millions of people. Their new global consciousness tells them that it is possible to live as bountifully on the other side of the planet as it used to be in their own hemisphere.”

(Ahmadi, 2005: 110)

A integração das culturas varia conforme as circunstâncias, afinal “Quando nos referimos à cultura dum povo, formado por um conjunto de áreas culturais distintas e de classes estratificadas, não nos podemos necessariamente deter nas formas e instituições (...)” (JÁCOMO, 2004). Se a integração das culturas for por um processo coercivo não podemos falar de integração e sim de colonização ou assimilação, que normalmente configuram processos unilaterais geradores de clivagens profundas. No entanto, a melhor maneira de compreender uma cultura é vivê-la e isso só se consegue com educação, formação, aprendizagem constante, até encararmos o outro numa posição de igualdade conosco, ainda que esteja em minoria.

Viver outra cultura de forma plena torna-se difícil, quando emigramos para outro país, estatísticas e estudos vários dizem-nos que só na 2ª geração se consegue um grau de

integração que permite usufruir da cidadania como um nativo, e sem conhecimento da língua local esse indicador passa para a 3ª geração ou mais (MIRANDA, 2000). Esse facto faz com que o papel dos tradutores, na interculturalidade, se revele essencial, tanto no fenómeno de conhecimento, compreensão e aceitação de outra cultura, como na preservação da nossa identidade. Fala-se aqui de tradutores, no sentido literal do termo, porque é essencial que se entenda a cultura e para aprender a cultura é importante conhecer-se, também, a língua.

A língua é uma das principais ferramentas da interculturalidade, que permite que notícias no jornal, comunicados institucionais, educação ou formação, sejam entendidos e apreendidos (BASTOS, 2014). A importância dos tradutores na forma como vemos e absorvemos outras culturas é central para que possamos ter uma noção o mais correta possível do pensamento do outro, sem preconceitos⁵, xenofobias ou racismos.

No entanto, as dificuldades mantêm-se, desde o próprio ambiente em si a todos os meios institucionais e não institucionais de divulgação de informação, bem como a língua. A língua é aqui referida pois não percebemos a deles nem eles a nossa, o que constitui uma barreira para a comunicação intercultural. Face a isto, a língua é o principal obstáculo apontado à aquisição de uma nova cultura.

O principal pressuposto para haver uma comunicação eficaz é o conhecimento da língua da pessoa com quem estamos a interagir, e quanto melhor conhecermos essa língua, mais fácil se torna a comunicação (BASTOS, 2014). Outro fator essencial para uma boa comunicação assenta na importância de nos colocarmos no lugar do outro, bem como estabelecer-se uma relação de confiança com o outro e não conseguimos isso se não nos identificarmos com ele. Para haver confiança tem de existir reciprocidade pois é um caminho feito de mim para o outro bem como do outro para mim. Interculturalidade é uma relação a dois. Como relação a dois deve existir simetria para haver igualdade de circunstâncias. Temos assim as quatro premissas da interculturalidade que permitem o surgir de novas identidades, mudando culturas e civilizações. Língua, confiança, reciprocidade e simetria, a existirem, configuram

⁵ Os estereótipos servem para caracterizar o “outro” frequentemente de forma pejorativa, no entanto são sempre sarcasmo ou ironia. Nós fazemos sarcasmo ou ironia com aquilo que já assimilamos e não com o que pretendemos assimilar. Ao usar estereótipos estamos a tornar “inteligível” o outro, ainda que o façamos negativamente. Pode-se construir sobre a diferença, não se pode construir sobre o desconhecido. Os estereótipos surgem antes do preconceito e não por causa dele, antes da xenofobia e não por causa dela, antes do racismo e não por causa dele, mas podem exacerbá-lo e ensiná-lo a odiar, a ridicularizar, rejeitar, desprezar, ignorar raramente tendo o efeito de elevar o outro à condição de igual mas sempre submetê-lo, apropriar-se dele de alguma forma.

as bases de uma relação intercultural saudável, sem criação de espaços estanques e com potencial de formação de novas identidades.

Dentro da cultura como civilização e no âmbito dos seus diferentes olhares, podemos encarar cultura de diversas formas. Para partilhar ideologias, perspetivas, atitudes, imagens e outros fenómenos, podemos contar com a cultura de massas, que funciona do topo para as bases, como o cinema, a rádio, a televisão, os jornais ou a cultura popular, e que funcionam da comunidade para a comunidade, como o folclore ou as tradições, como veículos de disseminação de cultura, mas não conseguimos prever como ou quando a outra cultura os vai assimilar ou absorver. É quando se dá essa assimilação que a interculturalidade acontece e estamos na presença de uma base de entendimento nova. A outra cultura, ainda que não tenha apreendido a nossa exatamente da mesma maneira que nós, pode discuti-la conosco, compará-la com os seus valores, dialogar e, a partir daí, talvez construir uma cultura comum, alterando mesmo os valores em que se apoiavam ambas as culturas. É um espaço híbrido, um limbo cultural (em termos de referências), de que falaremos mais adiante.

“A cultura está intimamente ligada aos grupos e instituições que formam uma sociedade, num determinado espaço e tempo. A cultura implica a interação entre pessoas, grupos e instituições.” (SARMENTO, 2015). A nossa formação, a nossa noção de bem e de mal, de certo e de errado, a nossa identidade é moldada pela nossa família ou o ambiente em que crescemos, as sucessivas experiências, como a adolescência, a vida em grupos ou a atividade cívica. Também as nossas ações ajudam a moldar a geração que virá, num ciclo perpétuo de transmissão de conhecimento. Assim, a cultura, tanto no sentido restrito como “produção e circulação de significados”, como no sentido lato de modo de vida de um povo, influencia o ambiente, as instituições, os indivíduos e é influenciada por eles. Esta dialética que acontece neste tríptico cultura/sociedade/indivíduo, é o motivo pelo qual a cultura é fluida e não obedece somente a cânones pré-estabelecidos. A cultura influencia o indivíduo que, por sua vez, vai contribuir para mais cultura após formação e filtragem pela sociedade onde viveu, cresceu e se formou. As pessoas como atores sociais têm um papel determinante nessa interação.

“O contexto histórico, a nacionalidade, a etnia, o género, a orientação sexual, a religião, a idade, as condicionantes físicas e demais circunstâncias sociais influenciam e, frequentemente determinam – a forma como nos identificamos e somos identificados pelos demais. Será mais correto definir a identidade como resultando não só de uma noção pessoal do ser – que inclui sentimentos conscientes e inconscientes, motivações racionais e irracionais, crenças e valores pessoais – mas também de fatores que constituem o contexto social no qual experimentamos esses sentimentos, motivações, etc.”

(Sarmiento, 2015: 42)

A cultura tem significados diferentes para grupos sociais diferentes, não existe uma cultura, uma arte, um corpo de saber global, consensual e imutável. A cultura evolui e diversifica-se no espaço e no tempo. As identidades, tal como as culturas, não são neutras nem iguais. A experiência individual situa-se dentro de uma determinada sociedade, cultura e contexto. Definimo-nos e somos definidos pela forma como os outros nos veem, como vemos os outros, como interagimos, não só numa base individual, mas também dentro de instituições sociais como a família, o trabalho e a escola.

1.2.2. A cultura enquanto arte

A cultura enquanto arte está defendida de intrusões ou inclusões por culturas diversas da nossa, pois gravita num universo completo e muito próprio, resultando da junção dos valores da sociedade que representa.

Ao longo dos séculos, temos captado várias maneiras como outras culturas têm influenciado a nossa música, escultura ou pintura, sendo os exemplos mais representativos o Fado e o Flamenco com a sua sonoridade oriental, a cerâmica com os seus adornos, entre outros (ROCHA-TRINDADE, 1993). Por essas mesmas razões, por ser a expressão maior de uma determinada cultura, não só se torna algo “impermeável” como não está facilmente ao alcance do entendimento ou absorção por qualquer outra cultura, dando-se a interculturalidade, como referido, apenas no longo prazo.

1.2.3. A cultura como modo de vida de um povo

“Com efeito, na cultura portuguesa contemporânea, rimos, choramos, revoltamo-nos, toleramos, chocamo-nos com estímulos semelhantes. Sabemos o que é ter uma casa, água potável, conviver com amigos, escolher um parceiro, estudar, trabalhar, conduzir, praticar exercício físico por lazer, mas nem em todas as culturas, nem em todos os momentos históricos tal é/foi possível ou tem/teve o mesmo significado. A cultura tem uma grande influência sobre atitudes e reações que poderíamos julgar serem naturais.”

(Sarmiento, 2015: 35)

Tendo em conta a opinião expressa, porquanto direcionada para estruturas de pensamento que influenciam a interculturalidade, é bastante elucidativa do que constitui a cultura como

modo de vida de um povo, no caso, a cultura portuguesa. A cultura como modo de vida pode ser entendida como a união entre a cultura como civilização e a cultura erudita, ou seja, a cultura erudita estabelece por norma uma oposição com a cultura popular ou de massas, mas devem complementar-se.

Embora se tenha feito uma breve abordagem à definição de cultura, pretendemos discorrer sobre as bases que permitam ultrapassar as relações interculturais preconceituosas, xenófobas e racistas, que têm sido causa de tantos conflitos na Europa por via da massiva vaga de refugiados que tem chegado ao continente europeu e penetrou na nossa sociedade. Ou seja, pretendemos estudar as condições em que pode ocorrer uma interculturalidade saudável com crescimento positivo, sem determinar em que normas e valores se poderia basear, mas tentando filtrar o ruído e o preconceito em que se baseia no presente, de modo a atingirmos uma visão clara dos valores que estão em jogo. Não se duvida que este objetivo vai-se revelar interdisciplinar, mas talvez se consigam abrir algumas portas a partir das quais se possa trabalhar, livres de agendas políticas, partidárias ou outras.

Assim, na nossa opinião, temos que cultura pode ser entendida como civilização, como arte e também como modo de vida de um povo, o que nos remete para a identidade. A identidade (bem como a interculturalidade) vai fazer da cultura um conceito fluido e em constante evolução.

1.2.4. A cultura como poder

“Quer se olhe para a cultura como processo ou seja, como produção e circulação de significados ou como modo de vida de um povo, temos de incluir o seu papel na construção, manutenção e reprodução das estruturas e relações de poder.”

(SARMENTO, 2015: 38)

Se, por exemplo, a estrutura de pensamento (cultura) de uma sociedade implica uma separação de género ou raça, os discursos de género ou raça pelas instituições de poder definem e formam a maneira como os indivíduos vivem as suas vidas, e legitimam o poder sobre esse grupo ou sociedade.

Alguns autores dividem mesmo o conceito de cultura em esquerda e direita, politizando todo um discurso e misturando a noção de civilização nas diversas significações de cultura.

One of the simplest ways to discern cultural differences is to look at how people, in the various cultures, conceive the “left” and the “right”. In many European societies, the word meaning “left”

also means “wicked”, “improper”, “dirty”, or “sinister”. Many cultures assign “impure” tasks to the left hand. (...) The left is often associated with inversions, such as, for example, the (right) driving side in continental Europe or the Americas, or subversion, as in the case of politics.”

(Garcea, 2005: 60)

Embora a procura de um denominador comum, esquerda/direita, masculino/feminino, branco/negro, pobre/rico seja tentadora, deve ser usada somente no sentido de acumular informação sobre outras culturas, acreditando Garcea que é um erro no âmbito da classificação intercultural, porque se baseia em estereótipos. Estes nascem habitualmente das diferenças, ou seja, de preconceitos ou de situações que classificamos de claramente diferentes. Podem ser um contributo para uma compreensão do “outro” abrindo caminho a uma aceitação, mas o seu papel é marcar as diferenças e não fazê-las desaparecer. Sempre que falamos de diferenças entramos no campo da inclusão ou exclusão.

Por norma, os indivíduos consideram estruturas de pensamento como básicas na maneira como as pessoas de uma determinada sociedade vão interagir com pessoas de outras sociedades e culturas. Os estereótipos não fazem parte dessas estruturas, são uma alternativa às regras e normas pré-estabelecidas através da sátira.

Os estereótipos têm, no entanto, um poderoso papel comunicacional ao nível do senso comum, sendo apreendidos de forma fácil e abusivamente usados pelos *media*, para perseguição, obtenção e manutenção da informação, tendo os meios de comunicação social um papel central na veiculação desses estereótipos. Como parte da dialética identidade/cultura/interculturalidade o papel dos *media* é central na divulgação da informação, quer institucional quer outra. No fundo, os preconceitos acabam por formar a nossa estrutura de pensamento, afetando tanto o indivíduo como, através dele, a cultura onde está inserido (FILHO; HERSCHMANN; PAIVA, 2004).

1.3. A cultura e o espaço público

“As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto as nossas ações quanto a conceção que temos de nós mesmos. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a “nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam o seu presente com o seu passado e imagens que dela são construídas. (...) não importa quão diferentes os seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional.”

Desde a constituição da esfera pública literária no século XVIII e do papel que a família teve de opiniões privadas que depois passaram para o espaço público, ou desde ainda que foram tornadas públicas funções privadas como o saneamento ou a saúde, que se perspectiva como referência ideal para uso do espaço público, o argumento que o indivíduo é livre de fazer a sua escolha tendo em vista o entendimento.

Jürgen Habermas mostra-se cético em relação à ideia de que o espaço público das sociedades pós-liberais se tenha esvaziado por completo das suas tradicionais funções críticas e emancipatórias. O contributo de Habermas vai no sentido de explorar as propriedades de entendimento do diálogo, na medida em que todas as formas de comunicação humana, mesmo a disseminação às massas, são essencialmente relações entre indivíduos que derivam da estrutura elementar que é o diálogo, da partilha de expectativas de comportamento intersubjetivamente válidas.

Contrariamente às sociedades tradicionais, em que o acordo, resultante do consenso, estava garantido à partida dentro de um determinado contexto normativo, no mundo moderno aumenta o nível de exigências que se coloca à comunicação. Na ação comunicacional pressupõe-se um acordo intersubjetivo, em que o consenso é obtido, não à partida, mas através do uso argumentativo da própria linguagem (HABERMAS, 1984). A tradição já não é uma referência segura e indiscutível, cada um é confrontado com a necessidade de selecionar e fazer escolhas e com a imponderabilidade do juízo, que exigem o domínio de uma experiência. O meio social complexifica-se, a ação individual não é uma questão pessoal e os agentes sociais têm necessidade de coordenar as suas ações. Estamos perante um contexto social em que a linguagem adquire uma importância crescente na vida quotidiana. É a evolução do conceito do “entendimento mútuo” já referido.

Ao contrário da esfera pública literária que pressupunha um conjunto de atores especializados para emitir opinião, a esfera pública cultural está aberta à crítica de todo e qualquer agente ou indivíduo privado que a ela tenha acesso, deixa cair a noção de secretismo ou exclusividade e, tal como com os *media*, passa a incluir a noção de publicidade. A própria “transferência” da esfera pública literária para a imprensa alimenta uma dialética que estende a literatura, bem como a cultura em geral, a uma noção intersubjetiva (por acontecer no “mundo da vida”) e formativa da sociedade (LIMA; GÓMEZ, 2012). Começa a surgir a

noção de público tanto para a cultura como para quaisquer outros temas estruturantes da sociedade.

Comparativamente às instituições que tendo um aspeto normativo e estruturador são também um meio de divulgação em massa, os *media*, pela sua abstração e intersubjetividade, exercem a sua influência no âmbito da opinião pública, servindo de ponte entre o público e o privado e contribuindo na formação de ambos bem como de todas as outras áreas da sociedade, desde cultura a economia ou finanças.

1.4. Identidade como parte integrante da cultura

A nossa identidade está em constante mutação na medida em que se interage com os outros e as outras culturas. Nos primeiros anos de vida, construímos o nosso “fundo emocional”. Aprendemos dos nossos pais no seio da família, as noções de certo e de errado, de bem e de mal, que nos vão orientar mais tarde, em todos os momentos da vida. É nessa fase que adquirimos as primeiras ferramentas para nos relacionarmos com o mundo (KNAUT; RIBAS; ZANONI; JESUS, 2015).

Seguidamente, na nossa adolescência, vamos construindo a nossa personalidade em contacto com os outros. É uma fase em que tendo aprendido e apreendido o mundo familiar, nos viramos para o exterior, mas ainda estamos intimamente ligados ao que define a base emocional da nossa existência, a nossa família ou o que chamamos de lar. Entregamo-nos a excursões exploratórias assentes no conhecimento que achamos que temos do mundo e essa base emocional guia-nos, tantas vezes inconscientemente, na nossa relação com outros, iguais a nós, mas com uma base emocional diferente. Desenvolvemos maneiras de agir e comportamentos por imitação e do choque dessa interação marcamos a nossa personalidade (LÔBO; NASCIMENTO, 2012). É também uma forma incipiente e primária de interculturalidade não porque o outro seja de cultura diferente, mas porque temos de lidar, “pela primeira vez”, com o outro. A nossa identidade está em construção.

Por fim, entramos na idade adulta e a nossa base emocional e a nossa personalidade “fundem-se” por assim dizer, com o aparecimento da nossa identidade. Desempenhar uma profissão, responsabilizar-nos pela nossa própria família, tornarmo-nos membros ativos e produtivos da nossa sociedade dá-nos um sentido de vida, uma identidade. Tornamo-nos professores, engenheiros, políticos, emigrantes, entre outros e levamos connosco a nossa base emocional

e a nossa personalidade, que formam a nossa cultura. Essa identidade pode mudar conforme o momento de vida que atravessamos ou as experiências que vivenciamos, mas não somos mais a criança ou o jovem, somos o professor, o engenheiro que se pode transformar no político ou no viajante. É a nossa identidade, a maneira como nos definimos perante os outros na nossa sociedade, na nossa cultura. “As identidades são processos contínuos relacionados com o “eu” e com o grupo, que nunca acabam e que incluem uma multiplicidade de aspetos: étnico, racial, de género, nacional, de orientação sexual, geracional, entre outros.” (PADILLA; PALMA, 2011).

1.4.1. Conceito de Identidade

Através da consulta e contacto com literatura diversa facilmente se constata que são várias as definições de identidade, bem como os teóricos que se interessam por este assunto, existindo diversas perspetivas que procuram explicar o que é a identidade e que recorrem a áreas de conhecimento como a Antropologia, a Sociologia e a Psicologia. É por isso que “a questão da identidade já foi bastante explorada pela psicologia, pela antropologia e pela filosofia, sendo estas as primeiras áreas do conhecimento a se debruçarem sobre ela” (FORTES, 2013).

A identidade é o que mais de valioso o ser humano tem, sendo algo que este vai construindo ao longo da sua vida e que pode reconstruir devido às suas várias socializações (DUBAR, 1997), daí que a identidade assuma um carácter dinâmico e o seu movimento pressuponha uma personagem a qual corresponde à vivência pessoal de um papel previamente padronizado pela cultura (FARIA, 2011). Também FOUCAULT (1978) defende a ideia de que a identidade é socialmente construída. Para DUBAR (1997), a identidade é o resultado do processo de socialização, onde os processos relacionais e os processos biográficos se cruzam, afirmando o autor que esta “nunca é dada, é sempre construída e a (re)construir, em uma incerteza maior ou menor e mais ou menos durável” (DUBAR, 1997).

A construção da identidade é um processo de extrema importância para o ser humano e para se entender este processo de construção da identidade, é necessário ter em linha de conta os aspetos biológicos, psicodinâmicos e sociais em permanente interação (OLIVEIRA, 2001). Esta construção resulta de um fenómeno que decorre entre o indivíduo e a sociedade (BERGER & LUCKMANN, 1999), e a sua essência “constrói-se em referência aos vínculos que conectam as pessoas umas às outras e considerando-se esses vínculos estáveis” (FARIA, 2011).

Na perspectiva de GIDDENS (2004), a identidade está “relacionada com os entendimentos que as pessoas têm acerca de quem são e do que é importante para elas. Estes entendimentos formam-se em função de determinados atributos que são prioritários em relação a outras fontes geradoras de sentido. O género, a orientação sexual, a classe social, a nacionalidade ou a etnicidade são algumas das principais fontes da identidade”. A identidade é “algo formado ao longo do tempo por intermédio de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. (...). Ela permanece sempre incompleta, sempre sendo formada. O processo de identificação seria este processo, eternamente em andamento” (PALADINO, 2005).

Ao estudar a identidade, CASTELLS (2008) identificou três tipos distintos e que correspondem: à identidade legitimadora; à identidade de resistência; e, por fim, mas não menos importante, à identidade de projeto. A primeira tipologia refere-se à identidade introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com a finalidade ampliar e racionalizar a sua dominação face aos atores sociais. Por sua vez, a identidade de resistência é a criada por atores que perante posições desvalorizadas pela lógica da dominação, desenvolvem barreiras de resistência e sobrevivência, orientando-se por princípios diferentes dos das instituições que dominam a sociedade. Por último, a identidade de projeto refere-se aos atores sociais que, ao recorrerem ao material cultural que está ao seu alcance, constroem uma nova identidade, a qual lhes vai permitir redefinir a sua posição na sociedade, almejando a mudança em toda a estrutura social (CASTELLS, 2008).

CIAMPA (1987), teórico de referência nesta matéria, refere-se à identidade como a metamorfose para explicar que identidade é algo que se vai desenvolvendo, mas que está em permanente transformação, resultando da interseção da história do indivíduo, o seu contexto histórico e social, bem como os seus próprios projetos. A identidade engloba a procura de autorrealização expansiva, assim como as estratégias de sobrevivência e de procura da dignidade, num mundo constituído genética e genealogicamente enquanto um sistema de diferença (BASTOS, 2002).

Concluindo, ter uma identidade é ser alguém único, porque todo o ser humano tem as suas características, aquelas que os distinguem das outras pessoas, mas também significa ser-se igual aos outros, na medida em que se compartilha com o grupo, a sociedade, significados (FILHO, 2016). Trata-se de um sistema que articula diversas dimensões entre as quais: a continuidade; a coerência (unidade); a positividade (valorização, avaliação, estima); a

diferenciação interna; a diferenciação externa; a afirmação de si; e, a originalidade (unicidade) (MOREIRA & OLIVEIRA, 2000).

A identidade é construída e reconstruída pelo próprio indivíduo, contudo, não resulta apenas da interação do eu com o outro, mas também da interação com o grupo, com a sociedade (FORTES, 2013). Assim sendo, ela insere-se numa tensão e homologia entre o indivíduo e o grupo, entre as necessidades internas e as influências sociais e entre singularidade e pluralidade (MOREIRA & OLIVEIRA, 2000).

A identidade não é só experimentada a nível individual. As identidades coletivas, étnicas e nacionais também são formas de desenvolver um sentido de pertença e até de solidariedade política.

Existem vários sistemas identificadores e em cada sistema identificador encontram-se diferentes reflexões teóricas no que concerne à matéria da identidade, pelo que nos tempos atuais é possível falar de identidade cultural, identidade pessoal, identidade social, identidade étnica, identidade religiosa, identidade de género, identidade profissional e identidade nacional.

Como se referiu anteriormente, a identidade é construída pelo indivíduo e nesta construção não intervêm apenas fatores biológicos, mas também fatores psicológicos e sociais, pois a identidade do ser humano é construída por ele próprio, mas sofre a influência do ambiente e da sociedade em que o mesmo se encontra inserido. É neste sentido que HALL (1999) salienta a ideia de que a identidade preserva o enunciado da nacionalidade, ainda que a genética do indivíduo não o faça pertencer a determinado país.

É “através de convenções simbólicas e culturais, os sujeitos se definem como parte de uma nação com as mesmas representações e os mesmos conjuntos de significados. Desta forma, criam-se as fixações identitárias com um discurso próprio para cada grupo nacional” (BREHM, 2010). Recorde-se que o ser humano é um ser bio-psico-social, sendo o resultado de uma dinâmica que está em permanente articulação e que varia temporal e espacialmente e por estas razões, distingue-se pela sua *herança sociocultural*, inserida no contexto cultural da sociedade (MORIN, 1988). Assim sendo, a identidade nacional “identifica o sujeito no grupo e distingue-o de outros grupos. A identidade nacional aparece como uma modalidade de categorização da distinção nós/eles, baseada na diferença identitária nacional; grupos nacionais no país de destino são fortes

referências para a reformulação das identidades. A análise da identidade nacional permite a localização social e cultural da formação identitária” (BREHM, 2010).

Para se aprofundar melhor o tema da identidade nacional, tendo em vista uma melhor e mais abrangente compreensão do mesmo, urge a necessidade de se proceder à distinção entre identidade objetiva e identidade subjetiva. A primeira traduz uma identidade “que é produzida pelos serviços de identificação dos Estados, discriminando entre ‘nacionais’ e diferentes tipos de ‘estrangeiros’” (BASTOS & BASTOS, 1999). Ou seja, a identidade objetiva é definida com base nas características físicas, na língua, na origem comum ou na religião. Já a identidade subjetiva “descreve a identidade como uma vinculação coletiva imaginária, como processos cognitivo-emocionais, demonstrada por uma elevada autoestima nacional carregada de simbolismo e afeto” (BREHM, 2010).

Com foco neste trabalho está a perspectiva das identidades dos migrantes em geral e dos refugiados em particular. Assim, torna-se importante refletir sobre estes últimos em particular.

De facto, a compreensão de determinado tema, remonta-nos a interpretar a realidade, através dos aspetos históricos que determinaram a sua existência. Este método trata de uma hermenêutica prática, amparada nos resultados que resultaram nas normas que contingenciam a realidade.

Sendo assim, passamos a configurar os aspetos históricos que precederam a existência do termo “refugiados” surgido no ambiente internacional.

Remonta-se que, já na antiguidade clássica, havia um vocábulo que se esmerava em traduzir o que determinadas pessoas sentiam ao serem perseguidas, por motivos sociais e políticos, tendo que se deslocar de seus domicílios. Nessa situação, o termo encontrado para defini-los era asilado.

A etimologia da palavra “asilado” provém do grego *asylon*, o “a” significa *não*, e a palavra no seu inteiro teor tem a compreensão de retirar, tirar, extrair, logo, segundo PEREIRA (2009), essa palavra era utilizada para identificar as pessoas que necessitavam de um abrigo.

Esse novo abrigo, que era a alternativa encontrada para sanar as perseguições servia de refúgio onde as pessoas poderiam desfrutar de uma segurança, mesmo que de forma provisória.

No Egito, por volta de 3.100 a.C, o reino era governado pelo faraó, simbolizado pelo Deus *Rá*, que detinha todo poder provindo da unificação dos reinos do Alto e Baixo Egito, cujo território abrangia o Mar Mediterrâneo, deserto da Líbia, deserto da Arábia e rio Nilo (GASPARETTO, s/d). Neste período, muitas pessoas que pertenciam a outros povos buscavam no Egito proteção, asilo, em virtude de alguma perseguição ou por prática de algum crime no país de origem, pois os egípcios pregavam a ordem e harmonia social (PEREIRA, 2009), crença do *Maat*.

Da mesma forma, na Grécia antiga, o direito de asilo era utilizado para amparar pessoas perseguidas e ameaçadas, sendo escolhidos locais como templos religiosos, bosques sagrados, estátuas de divindades e as casas dos governantes ou políticos importantes (ANDRADE, 2001 citado por PEREIRA, 2009).

Para PEREIRA (2014), a figura do refugiado ganha contorno internacional com a Segunda Guerra mundial, em virtude das inúmeras atrocidades dos regimes nazista, fascista e demais regimes totalitários na Europa.

Nesse período, um grande número de pessoas buscava asilo político em outros países, com a intenção de fugir das perseguições, como no caso mais conhecido que foi dos Judeus, perseguidos na Alemanha de Adolf Hitler.

A Europa encontrava-se devastada por essa guerra, considerada a mais sangrenta e avassaladora de todos os tempos, as condições humanas eram as mais inapropriadas, não havia comida, vestuário e muito menos moradia que pudesse atender a população, as vítimas chegavam a soma esdrúxula de “55 milhões de mortos, 35 milhões de feridos, 20 milhões de órfãos, 40 milhões de deslocados e 190 milhões de refugiados” (RODRIGUES, 2009).

No estado em que se encontrava a Europa, pós-segunda guerra mundial, seria difícil reconstruir tudo sem que houvesse um sentimento de união entre os países. O grande número de pessoas desalojadas causava um transtorno ainda maior, e o sentimento que ganhava força era de unir-se para construir uma nova Europa.

É criado em 1943, antes do fim da guerra, um órgão que pudesse servir de amparo aos refugiados, ele se chamava “Administração das Nações Unidas para o Auxílio e o Restabelecimento (ANUAR)” tendo como função a de forçar uma discussão em torno dos refugiados, e lutar pela proteção dessas vítimas que se encontravam sem assistência alguma.

Atualmente, o número de Estados signatários da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados está em 147, conforme divulgado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, apenas Estados Unidos, Cabo Verde e Venezuela são signatários somente da Convenção de 1967⁶.

“Onde estão os direitos humanos”? Pergunta um refugiado na Hungria, em setembro de 2015⁷, no entanto, essa pergunta assenta em um contexto tão abrangente, que poderíamos passar horas a problematizar.⁸

É mister percebermos que a função do Estado, enquanto detentor de sua Soberania é de garantir a proteção do seu território quanto a ameaças internas e externas, mas a questão que se permeia em nossa discussão, diz respeito à responsabilidade de proteger seus cidadãos, e até que ponto pode o direito internacional intervir em caso de descumprimento deste dever.

WLADIMIR BRITO (2016) ao tratar sobre a responsabilidade de proteger do Direito Internacional, cita Hugo Grotius, ao defender no início do século XVII, que para haver a defesa dos povos oprimidos no próprio Estado, poderia outro Estado intervir, e a declarar guerra contra este se preciso, para defender os direitos dos povos.

Entretanto, continua o autor, com a Paz de Westfália em meados do século XVII, e seus respectivos tratados, que puseram fim à guerra dos Trinta Anos, efetivaram o entendimento pelo qual a segurança do Estado viria em primeiro lugar, em detrimento do indivíduo e a comunidade (BRITO, 2016).

Para BRITO (2016) os poderes absolutistas iniciam um novo paradigma, assegurar ao Estado e ao soberano segurança indissolúvel, e a não intervenção de terceiro Estado, convolvendo-se a total submissão das pessoas ao monarca, deslegitimando qualquer insurreição contrária, período que vai até o final do século XVIII.

Leciona ainda o autor, que no período das duas grandes guerras mundiais, inaugura-se um discurso nacionalista e estatista, sob a forma de proteção do Estado através do seu poderio

⁶ ACNUR (s/d). *O que é a Convenção de 1951?* Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/o-que-e-a-convencao-de-1951/>

⁷ REUTERS (2015). *Hungria convoca reservistas para ajudar com crise de refugiados*. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2015/09/19/hungria-convoca-reservistas-para-ajudar-com-crise-de-refugiados.htm>

⁸ Em setembro de 1999, o então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, expressou sua preocupação com a Soberania dos Estados, “se preocupam mais com a defesa militar do seu território, do que com a segurança das pessoas” [ANANN, Kofi (1999). Two Concept of Sovereignty. The Economist. Disponível em: <http://www.economist.com/node/324795>]

militar, com subterfúgio de se proteger a nação. Esses modelos de Estado chegam ao fim com o término da segunda guerra mundial, após, com o surgimento da ONU faz-se nascer uma proteção progressiva do Direito Internacional à segurança humana, nomeadamente à criação de convenções de direitos, como a relativa ao Estatuto do Refugiado (BRITO, 2016).

Hoje a preocupação com a segurança humana ganha maior relevo, como um dos objetivos fundamentais dos Estados, e a soberania tem perante seus cidadãos, o dever e a responsabilidade de proteger. No entanto, esse paradigma não se apresenta de forma dominante, em alguns Estados vem sendo relativizado, sucedâneo do que ocorre com os conflitos internos, que por consequência resultam em instabilidade, não só política e social, mas também humanitária, refletindo em outros Estados.

Um exemplo do que vem a ocorrer neste caso é o fechamento de fronteiras por parte dos Estados aos refugiados ou solicitantes de refúgio, esta discricionariedade de eleger quem pode, ou não, fazer jus a direito de entrar em seu território, percorre um caminho indelevelmente fechado e totalitário, poderíamos comparar tais ações como as que deram ensejo as duas grandes guerras mundiais na época do nacional-socialismo, sob pretexto de quem poderia entrar ou permanecer no território do Estado (AGAMBEN, 2010).

Muitas pessoas encontram-se nesta situação, e ao não conseguirem transitar pelas fronteiras, acabam por se instalar em campos de campos de refugiados, tendo que viver em situação análoga à miséria, sem garantias fundamentais, a mendigar proteção.

Seriam esses deslocados forçadamente e refugiados, indignos, como outrora foram considerados alguns cidadãos que realizaram atos antinacionalistas, nos regimes fascista, nazista e em outros Estados europeus entre a primeira e segunda guerra mundiais. Talvez sim, se considerarmos que alguns Estados os veem de como uma perturbação social (AGAMBEN, 2010).

Para Giorgio AGAMBEN, o refugiado rompe a forma habitual e contínua do reconhecimento da cidadania, que tem como caminho do homem de se tornar cidadão, criando uma crise moderna na soberania, tornando-o um ser difícil de ser definido politicamente. Segundo AGAMBEN, a cidadania está atrelada a questões objetivas, quando dever se ater também as questões subjetivas, provindas da vontade da pessoa (AGAMBEN, 2010).

Nesses campos de refugiados, essas pessoas, além de já sofrerem com uma “desnacionalização embrionária” do Estado de origem, não na sua forma legal, mas na afeição ao país que o perseguiu, ou que não lhe proporcionou condições básicas de sobrevivência, tem nessa situação, incapacidade de obter proteção em outro Estado, por consequência, ficam às margens de uma autorregulação que lhe proporcione uma condição cidadã digna⁹.

Ao fechar as fronteiras para os migrantes ilegais, cerram as portas para os refugiados indocumentados, estes, ou tiveram seus documentos destruídos pelos conflitos armados, ou perderam no trajeto da fuga, pelo mar ou por terra, logo, a situação que os refugiados se encontram, beira a total falta de proteção, e descumprimento da norma *jus cogens* do princípio *non-refoulement*, uma vez que podem ser deportados, ou devolvido ao local de origem.

Depois, a identidade global é sustentada pela família, trabalho, saúde, segurança e liberdade, valores universais, mas que não são obrigatoriamente garantidos pelos Direitos Humanos, podendo existir numa sociedade budista, hinduísta ou muçulmana, ou sociedades socializantes totalitárias. Apenas a civilização ocidental liberal os consagra como corolários do desenvolvimento, apesar de serem considerados universais, da agenda internacional que os acompanha e da maioria das instituições internacionais serem baseadas neles.

“O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu”. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.”

(Hall, 2006: 8)

Num mundo cada vez mais global, a falência progressiva dos valores do Estado-Nação protetores da indústria, construtores da sociedade, limitadores das estruturas de pensamento, juntamente com a secularização das estruturas do poder e a cristalização dos sistemas

⁹ Em outra circunstância, Hannah ARENDT (2006, pp. 297-298) retrata uma condição vivenciada pelos refugiados no contexto da segunda guerra mundial, segundo a autora, os refugiados expulsos de seus países pela revolução social, eram desnacionalizados pelos governos vitoriosos. Isto não ocorre hoje, mas a situação que o refugiado indocumentado se encontra é análoga.

económicos, num mundo sempre mais multiétnico, multirracial e multicultural, sem portas estanques, faz com que o indivíduo vá buscar sentido à sua vida no que tem perto ou dentro de si. A cultura local mistura-se e/ou torna-se mais importante que a cultura nacional ou mesmo global e a identidade tende a ser desenvolvida em interação com o semelhante. A família, o trabalho, a saúde, a segurança e a liberdade passam a ser as novas medidas de valor do ego, alimentando a eterna luta do que é melhor ou pior, superior ou inferior, que nos divide e nos motiva.

Em *Risk Society*, Ulrich Beck alega que as novas tecnologias e os riscos associados têm vindo a criar uma nova era, um estágio avançado da modernidade que se está a afastar dos contornos da sociedade industrial clássica, criando uma nova forma - a sociedade de risco (industrial). Este é um novo estágio de desenvolvimento, porque a lógica de produção e distribuição de risco difere da lógica por trás da distribuição de riqueza, e porque os riscos de modernização agora são globais, apresentando maiores riscos do que nunca. Beck chega a argumentar que, embora os perigos generalizados da superprodução frequentemente escapem à observação, as suas consequências não intencionais tornaram-se uma força dominante na história e na sociedade (DRAPER, 1993).

A globalização, a par das crises político-económicas e sociais que se têm vivido nas últimas décadas, e em diferentes países do mundo, resultaram num aumento da migração, aumento este que foi provocado por razões de ordem diversa: económica, política, natural ou ambiental, étnica, religiosa e social (LOPES, 2016). De facto, todos estes acontecimentos contribuíram, de forma significativa, para o aumento da migração, aqui entendida como a deslocação de um indivíduo, ou mais, de um país para outro e durante um período de tempo (REGO, MENDES, REBELO & MAGALHÃES, 2010) que pode, ou não, ser permanente. Entre esta deslocação de uma sociedade para outra, é possível identificar dois movimentos migratórios distintos – a emigração, movimento migratório daqueles que abandonam o seu país (ou região) para viverem noutra, e a imigração, movimento migratório daqueles que são acolhidos por outro país (ou região) –, sendo neste último que a nossa atenção se prende.

No panorama atual, não só nacional, mas também internacional, a migração assume um lugar de destaque e é neste sentido que o Observatório das Migrações (OM, 2015) afirma que “as migrações são um daqueles temas sobre os quais todos temos uma opinião. É um tema de crescente importância social, política e mediática em que, frequentemente, a construção dos

discursos assenta em perceções construídas com base em visões parcelares e hipermediatizadas da realidade”.

A este propósito, e no tocante à realidade portuguesa, considera-se pertinente referir que a imigração é um fenómeno relativamente recente, mas é o seu esforço com vista a melhorar as políticas de integração dos imigrantes e a promover os direitos dos mesmos, que tem colocado o país debaixo dos holofotes internacionais (CASAS, 2012). Aliás, entre 2007 e 2009, Portugal concebeu o primeiro Plano para Integração dos Imigrantes (PII), o qual foi essencial para o desenvolvimento global e integrador de uma política de integração, contemplando, entre diversas áreas de atuação, a área da educação (CASAS, 2012).

Entende-se por imigração o movimento de entrada, de âmbito permanente ou temporário e com a intenção de trabalho ou residência de pessoas de um país para o outro (JACINTO & LUZ, 2009). Pode dizer-se que é o processo de entrada de uma pessoa num país ou numa região administrativa distinta (JACKSON, 1991).

Qualquer imigrante é um emigrante, como um emigrante também é um imigrante, no entanto, no que aos fluxos das populações diz respeito, a imigração refere-se ao movimento de entrada em dado país, região, cidade (ALMEIDA, 2017). Também ROSA *et al.* (2000) salienta que a imigração consiste na saída do indivíduo do seu país de origem para dar entrada noutro país, o designado país de destino ou de acolhimento.

Segundo JACINTO E LUZ (2009) a imigração comporta benefícios para o país de origem e para o país acolhedor, mencionando o seu contributo ao nível do desenvolvimento económico e no fluxo de pessoas para outros Estados. Estes autores acrescentam ainda que “os imigrantes fazem subir a procura de bens e serviços, contribuem para o aumento do produto interno bruto e para os cofres do Estado, mais do que aquilo que recebem de retorno” (JACINTO & LUZ, 2009). SOARES (2003) sublinha também a ideia de que a convivência transnacional permite que os imigrantes reorganizem valores e práticas tradicionais do país de origem, em função da sua socialização no país de destino.

É permitido dizer que a imigração tem os seus relevos na vida do indivíduo, onde o sentimento de aquisição é estreito e remoto na fragmentação das relações humanas. A análise bibliográfica permite concluir que o conceito de imigração é universal. Existe uma diversidade de definições que variam de acordo com os autores, mas, apesar desta diversidade, existe algo em comum: a deslocação, o movimento e os fatores implícitos motivados pela sua concretização.

Assim sendo, tem ganho relevância nas esferas política, económica, social e até cultural, influenciando as dinâmicas de decisão e demarcando no espaço social as suas características e formalidades (SOUSA, 2005).

No que respeita à integração de imigrantes, MIROTSHNIK (2008) destaca duas perspetivas principais: a visão clássica e a visão sistémica. A visão clássica considera a integração na ótica da manutenção da ordem social, bem como da unidade, da homogeneidade e do equilíbrio da sociedade que acolhe o imigrante. De acordo com esta perspetiva, o imigrante deve adaptar-se à nova sociedade em que está inserido através da assimilação dos valores, normas e regras do país de acolhimento, ou seja, nesta abordagem de integração, a sociedade permanece igual não tendo em linha de conta a presença de indivíduos que são de outra cultura e que agora dela fazem parte. Por sua vez, a visão sistémica, aquela que, em nosso parecer, faz todo o sentido no panorama atual, tem em conta a complexidade social e por isso, reconhece a heterogeneidade da sociedade, onde o imigrante pertence e participa na vida social do país de acolhimento, pelo que é entendido como uma parte que faz parte do todo. Portanto, nesta perspetiva o processo de adaptação do imigrante efetiva-se por meio da sua integração total. E, sendo o processo de integração tão complexo, SILVESTRE (2011) explica que o desenvolvimento e a implementação de modelos de integração de imigrantes que atendam aos vários domínios da integração, assim como à sua dinâmica, se torna uma tarefa difícil, realçando a ideia de que a integração dos imigrantes não é da exclusiva responsabilidade dos mesmos, mas é também de todos os indivíduos que fazem parte da sociedade de acolhimento, pelo que todos nós devemos contribuir para a integração dos imigrantes na nossa sociedade.

Na verdade, o conhecimento da língua, bem como o conhecimento da cultura do país de acolhimento são assumidos como fatores essenciais ou, melhor dizendo, como condições básicas para a participação na vida do país de acolhimento (SILVESTRE, 2011). É neste sentido que o OM (2015) afirma que “A compreensão da língua do país de acolhimento é um requisito fundamental no processo de integração de imigrantes, tendo por isso aumentado a oferta de cursos de aprendizagem da língua de acolhimento um pouco por toda a Europa. Também em Portugal a oferta de cursos de língua portuguesa para estrangeiros tem aumentado, havendo a assinalar dois programas promovidos pelo Estado português com objetivos distintos: o primeiro, associado à disciplina de Português como Língua não Materna (PLNM) do ensino básico e secundário, criado em 2001 numa fase piloto e generalizado a partir de 2007, dá resposta aos desafios inerentes à integração de alunos que

não têm o português como língua materna no sistema escolar; e o segundo, é o Programa Português para todos (PPT), criado em 2008, que procura estimular globalmente a aprendizagem do português (básico e técnico), podendo a certificação da aprendizagem da língua que lhe está inerente ser usada como requisito para a obtenção de uma autorização de residência permanente em Portugal ou da nacionalidade portuguesa. Globalmente, ambos os programas têm aumentado a procura e o número de beneficiários nos últimos anos”.

CAPÍTULO II - ESPAÇO PÚBLICO

2.1. O espaço público - desafios de apropriação de cultura(s)

O espaço público é um tema crucial nos estudos urbanos desta primeira parte do século XXI por razões teóricas e, ao mesmo tempo, pela sua relevância político-prática. Do ponto de vista teórico, as transformações do espaço público e a sua crise são muitas vezes analisadas como uma chave para o estudo das mudanças sócio espaciais na sociedade pós-industrial e, em termos mais gerais, como um fator interpretativo das relações sociais na contemporaneidade. Do ponto de vista político, as áreas públicas da cidade são examinadas como uma das arenas em que as contradições e os conflitos típicos da fase atual são exibidos, bem como o papel dos grupos sociais no desenvolvimento dos centros sociais no contexto do desenvolvimento social e económico (MELA, 2014).

O espaço público pode ser definido de muitas maneiras. Em relação a cultura, “espaços públicos” são os palcos em que as interações culturais e as dinâmicas sociais têm lugar e contribuem para a “formação do social” (ZHANG et al., 2014). Esta noção de espaço público pode ser interpretada amplamente: ela inclui ambientes físicos e construídos, paisagens e cultura material. Também inclui zonas culturais, esferas públicas e espaços “virtuais” definidos pela língua, etnia, valores compartilhados, alianças políticas, identidades religiosas, práticas criativas e tecnologias de comunicação e *media*.

O “espaço público” é apontado por HABERMAS (1997) enquanto espaço onde a interação cultural tem a sua expressão, sendo um espaço físico comum aos cidadãos de uma determinada comunidade e onde todas as interações se tornam visíveis devido à sua “facticidade”. É um espaço físico, normalmente citadino, inserido numa esfera pública nacional, onde o local reflete o global com a interculturalidade possível.

Por um lado, o papel da cultura é essencial na definição de espaço público e na problematização da integração cultural, respeitando a diversidade e promovendo a integração (diferente de homogeneização). Por outro lado, “espaços públicos” são os palcos em que as interações culturais e as dinâmicas sociais têm lugar e contribuem para a formação do “social”. Esta noção de espaço público pode ser interpretada amplamente: inclui ambientes físicos e construídos, paisagens e cultura material, bem como zonas culturais, esferas públicas e espaços “virtuais” definidos pela língua, etnia, valores compartilhados, alianças políticas, identidades religiosas, práticas criativas e tecnologias de comunicação e media (CÁDIMA; MARTINS; PEDROSO, 2011).

Fenómenos de transculturalidade são uma constante do espaço público europeu. O politicamente correto revela-se inadequado por se tornar uma caricatura dos problemas relacionados com a cultura, contribuindo para a disseminação de estereótipos negativos, que prejudicam a relação intercultural entre as pessoas. O multiculturalismo que faz uso do politicamente correto está estudado e é criticado, salientando a importância da relação entre estereótipos e políticas solidamente construídas:

“(…) é uma reação contra aquele multiculturalismo [o islamismo] e que se traduz numa calcificação das relações individuais e intercomunitárias. O politicamente correto, aliás, é ao mesmo tempo a antítese e a consecução do multiculturalismo. Antítese porque o nega, consecução porque enclausura cada comunidade na sua identidade, para não dizer “no seu ghetto”.

(Kastoryano, 2004: 62)

Urge encontrar estratégias que nos permitam lidar com a maciça entrada de imigrantes e refugiados, bem como integrar os milhares que vivem na Europa, fomentando a partilha de culturas. Apesar da partilha do mesmo espaço dificultar uma comunhão entre culturas no curto prazo, com os recém-chegados, sobretudo de etnia muçulmana, crê-se que seja mais fácil visto que cerca de 50 milhões de muçulmanos sempre viveram em território europeu (JUSTO, 2013). Esta comunidade, não só tem imbuídos na sua cultura o conjunto de valores europeus de liberdade e igualdade como se apoiam neles para exercerem os seus direitos culturais originais, nomeadamente os religiosos e as tradições. Esta profundidade de integração ajuda a um relacionamento intercultural mais abrangente, quer com os imigrantes de várias gerações quer com os recém-chegados.

A diversidade cultural como fator estruturante e de construção da sociedade revela-se, a médio e longo prazo, como uma política eficaz em promover o espírito comunitário, indo ao encontro das culturas existentes (FERNANDES; LOURENÇO, 2017).

O espaço público na Europa encontra-se ancorado nos seus modelos históricos, na sua evolução social e nas suas instituições, sendo reflexo de culturas europeias (FARIA, 1992; MATIAS, 2009) que têm tanto de profundas como de incipientes. Profunda porque o seu modelo civilizacional recua há mais de dois mil anos, incipiente porque institucionalmente é um modelo recente que ainda não fez 100 anos (FREEMAN, 1998).

“Embora o espaço público seja um importante requisito para a formação da opinião pública e na legitimação do processo de integração europeu, e apesar de existir na Europa potencial para a criação de uma identidade colectiva, os estudos sobre os quais nos debruçámos referem que o espaço público europeu é algo imperfeito mas desejável, ou seja, algo que ainda não existe mas

que deve ser construído. Actualmente, o espaço público é uma rede complexa de várias esferas públicas que se estende por diferentes níveis, espaços e escalas (Habermas, 2003).”

(Pereira, 2010:2)

Tal como a cultura, o espaço público é fluído, transforma o indivíduo e é transformado por ele. A identidade e a cultura europeias manifestam-se nestes espaços de forma estruturante e formadora do tecido social.

O espaço público europeu é um lugar onde a sociedade se expressa de variadas maneiras, todas baseadas no respeito pelos direitos fundamentais do homem e pelas instituições que nos governam. A nossa sociedade desenvolve-se a partir desse espaço e comporta-se dentro dos seus limites, numa simbiose comportamental onde está refletida a nossa própria identidade como indivíduos ou como nação. O político, o económico e o cultural interagem de maneira que se vai refletir no “espaço público” e vai ser refletido por ele (KASTORYANO, 2004).

Começamos por perceber como apareceram as primeiras noções de espaço público com a caracterização da “Esfera pública burguesa” de Jürgen Habermas para depois nos apercebermos da sua evolução através da “teoria da ação comunicativa”, do mesmo autor. Habermas refere que o espaço público é, ao mesmo tempo, algo palpável e mensurável na política e algo abstrato e imprevisível como “médium da linguagem”. Para Habermas, o agir comunicativo é mais do que a publicitação e discussão das normas, é antes um ser vivo por si só que pode proporcionar uma nova realidade, uma relação interpessoal, e essa relação interpessoal desemboca num “entendimento mútuo”.¹⁰

“Falo de agir comunicativo num sentido fraco, quando o entendimento mútuo se estende a fatos e razões dos agentes para suas expressões de vontades unilaterais; falo do agir comunicativo num sentido forte tão logo o entendimento mútuo se estende às próprias razões normativas que baseiam a escolha dos fins. Pois então os envolvidos fazem referência a orientações axiológicas intersubjetivamente partilhadas que determinam a sua vontade para além de suas preferências. No agir comunicativo em sentido fraco, os agentes se orientam apenas pelas pretensões de verdade e veracidade; no sentido forte, eles também se orientam por pretensões de correção intersubjetivamente reconhecidas. Neste caso, pressupõe-se não só livre-arbitrio, mas também autonomia no sentido de liberdade de determinar a vontade própria com base em discernimentos normativos.”

(Habermas, 2004: 118)

No que diz respeito a esta dissertação interessa-nos mais o “agir comunicativo” no sentido forte pois dependendo do livre arbítrio do interveniente para se aferir da implementação

¹⁰ O “agir comunicativo” de Habermas aparece, no contexto desta Dissertação, como a capacidade influenciadora, ou formadora que a imprensa pode ter na sociedade.

normativa transcrita e subliminar na mensagem veiculada pela imprensa, traduz da integração do mesmo e da sua compreensão da cultura nativa como modo de compreensão da mensagem.

2.2. Esfera pública

“A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois, ela não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização, etc. (...) A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados ao ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos.”

(Habermas, II, 1997: 92)

Para HABERMAS (1984), esfera pública pode ser definida por uma tensão entre um ideal normativo e uma realidade histórica concreta. O que Habermas entende por esfera pública está intersticiamente ligado àquilo que ele observa como opinião pública e privada, e o que as constitui. Em “Mudança estrutural da esfera pública”, Habermas dá-nos conta de algumas das tensões e transformações culturais geradas pelo capitalismo, que vieram a delimitar o que ele chamou de “esfera pública burguesa”.

Desta maneira Habermas mostra que os senhores feudais cederam espaço a outra esfera, à esfera do poder público, no sentido moderno do termo, onde público torna-se sinónimo de estatal, com um funcionamento regulamentado segundo competências de um aparelho. Por conseguinte, o poderio senhorial transformou-se em “polícia” e as pessoas privadas, submetidas a ela, constituíram um “público”. A produção capitalista toma o lugar do velho modo de produzir e a sociedade civil burguesa passa a ser constituída. As atividades até então pertencentes ao âmbito da economia doméstica surgem à luz da esfera pública. A economia diversifica-se e a educação aumenta tendo a técnica da impressão desenvolvido a disseminação da palavra escrita. A força da imprensa passa a ser um aliado ao comércio que se desenvolve e passa a ter um carácter mais público, onde se escreve ao público descobertas que pudessem ser aplicadas (HABERMAS, 1984).

Dentro da imprensa havia os que escreviam e começavam a desenvolver as suas próprias ideias, formando a opinião pública. A sociedade civil usa esse espaço para pressionar o Estado. Essa dialética comércio/panfletos/leitores é designada por Habermas como “esfera pública burguesa”, constituindo uma categoria da sociedade liberal que passaria a influenciar o poder responsável pelas políticas públicas da época. As categorias de público e privado só

passaram a ter uma efetiva aplicação processual jurídica com o surgimento do Estado moderno. O conceito de esfera pública está, portanto, agregado a um processo disciplinar complexo que engloba não só o Direito mas as suas Instituições, o que a coloca dentro uma lógica hierarquizada e sistematizada da sociedade ou seja, normativa.

“(....) durante o século XVIII, a esfera pública assume funções políticas, mas o modo de ser da própria função só pode ser entendido, naquela fase específica da evolução da sociedade burguesa, como um todo, em que intercâmbio de mercadorias e trabalho social grandemente emancipam de diretivas estatais. (....) não por acaso a esfera pública passa a ter uma função central: ela se torna diretamente o princípio organizatório dos Estados de Direito burgueses com forma de governo parlamentar, como na Inglaterra depois da grande Reform Bill de 1832; com certas limitações, o mesmo também é válido para as assim chamadas monarquias constitucionais, de acordo com o modelo da Constituição belga de 1830.”

(Habermas, 1984: 93)

A imprensa, como referido atrás, está intimamente ligada à formação e à estrutura da esfera pública. É organizada por pequenas empresas artesanais, com interesses comerciais e torna-se uma imprensa de opinião, com um jornalismo literário, desenvolvendo-se como uma imprensa comercial. A indústria da publicidade toma conta dos meios de comunicação e a publicidade invade a esfera pública e um público antes considerado como pensador de cultura torna-se consumidor de cultura. Se o Estado burguês, ao tomar conta dos custos públicos, transfere parte da esfera privada das famílias para o domínio público, a imprensa também ganha espaço dominando a dialética pública com o poder e representando, quase que inteiramente, tudo o que significa opinião pública, exceção feita à ciência e opinião científica (HABERMAS, 1984).

Tendo em conta a descrição feita por Habermas, da formação da esfera pública burguesa que depois é secularizada nas normas, no direito e nas políticas, ficando as massas permanentemente representadas nas instituições centrais, vamos concentrar-nos mais na maneira como se dá essa participação.

2.2.1. A importância da linguagem

“Os pensamentos articulam-se através de proposições. (....) O importante é saber que podemos ler a estrutura dos pensamentos observando a estrutura das proposições; e as proposições são as partes elementares de uma linguagem gramatical, passível de verdade. Dependemos, pois, do médium da linguagem quando queremos explicar a diferença entre os pensamentos e as representações. Ambos os momentos, o do pensamento que vai além dos limites de uma consciência individual empírica e o da independência do conteúdo do pensamento em relação à corrente de vivências de um indivíduo, podem indicar que certas expressões linguísticas têm

significados idênticos para usuários diferentes. Na prática, os membros de uma determinada comunidade de linguagem têm de supor que falantes e ouvintes podem compreender uma expressão gramatical de modo idêntico. Eles supõem que as mesmas expressões conservam o mesmo significado na variedade de situações e dos atos de fala nos quais são empregadas.”

(Habermas, I, 1997: 28)

A linguagem como meio de entendimento num espaço público de opinião torna-se limitado a menos que seja uma linguagem comum. Quando esse espaço público é multiétnico, multirreligioso e multilinguístico a comunicação social está sujeita a diversas interpretações e, no que nos interessa, diversas clivagens que promovem uma deficiente interculturalidade e um multiculturalismo problemático.

A título de exemplo, as palavras em diferentes culturas podem ter significados diferentes além de sonoridades semelhantes, o que dificulta um entendimento interpessoal apenas baseado na linguagem e seu significado. Mesmo com um conjunto de valores normativos semelhante, a estrutura de pensamento traduzida na vocalização do mesmo torna-se virtualmente inatingível.

Sobre a linguagem entende-se que o ato de falar tem de ser validado a nível interpessoal. O sujeito emite uma proposição que considera verdadeira e essa proposição tem de ser aceite pelo seu interlocutor como válida. A proposição contida no ato da fala contem os três mundos do “mundo da vida” de HABERMAS (2004): o mundo objetivo, o social e o subjetivo e o sujeito admite a sua veracidade quando a profere. Quando atinge o interlocutor dá-se uma verificação dos factos propostos ao nível dos “mundos de vida” referidos anteriormente. O entendimento mútuo dá-se quando o sujeito ouve os argumentos do seu interlocutor de acordo com o mundo dele e aceita-o, modificando ou ajustando o seu ao novo conjunto de referências. Esse conjunto define uma realidade nova no social, um novo espaço público de entendimento.

Podemos verificar por aqui um paralelismo entre a comunicação interpessoal de Habermas e os preceitos da comunicação intercultural. A linguagem, o primeiro preceito, é determinante não só para percebermos o “outro” como para nos colocarmos no seu lugar. A confiança dá-se quando o interlocutor valida a preposição do sujeito e a reciprocidade quando o sujeito aceita a contra-argumentação do seu interlocutor. A simetria parte do princípio que na comunicação interpessoal ambos os interlocutores têm as mesmas ferramentas, como a linguagem, a cultura, as referências, ou seja, o “mundo da vida” igualmente válidos. Numa situação intercultural de mobilidade isso raramente acontece,

pois, um dos interlocutores da comunicação está fisicamente fora do seu conjunto de referências e, portanto, parte de uma situação de desvantagem para o entendimento. Não obstante, o resultado desse entendimento vai moldar a nova realidade (ROCHA-TRINDADE, 2015; SARMENTO, 2014; KYMLICKA, 2012; LAUNIKARI, 2005).

“O conceito “agir comunicativo”, que leva em conta o entendimento linguístico como mecanismo de coordenação da ação, faz com que as suposições contrafactuais dos atores que orientam seu agir por pretensões de validade adquiram relevância imediata para a construção e manutenção de ordens sociais: pois estas mantêm-se no modo de reconhecimento de pretensões de validade normativas. Isso significa que a tensão entre facticidade e validade, embutida na linguagem e no uso da linguagem, retorna no modo de integração de indivíduos socializados comunicativamente (...).”

(Habermas, I, 1997: 35)

Os atos de fala expressam simultaneamente um conjunto de referências, uma relação interpessoal e manifestam a intenção do falante através de suas vivências subjetivas. O indivíduo que se orienta pelo entendimento tem que manifestar explicitamente três pretensões de validade: a pretensão de que o enunciado que produz é verdadeiro; de que o ato de fala é justo na relação com o contexto normativo vigente e de que a intenção do falante coincide realmente com o que ele pensa.

2.3. A comunicação social

“As representações coletivas baseadas em contactos e conhecimentos superficiais degeneram facilmente em estereótipos, que exercem um enorme poder sobre o senso comum e as vivências concretas dos indivíduos. Só o aprofundar do conhecimento poderá transformar o informe coletivo anónimo num conjunto de seres humanos com uma identidade, uma cultura e experiências a partilhar em igualdade.”

(Sarmiento, 2015: 51)

A comunicação social representa um papel central na transmissão de informação às diferentes culturas, seja conjuntamente ou em separado. A forma como as notícias são difundidas, mais ou menos fiéis à realidade, com maior ou menor uso de estereótipos para descrever as situações, no que respeita, por exemplo, a títulos mais ou menos impactantes, vai influenciar a sua leitura, que pode ser feita de acordo com as estruturas de pensamento de uma sociedade ou numa perspectiva desviante. “Na medida em que sabemos que muita comunicação intercultural é prejudicada pelo preconceito, é importante localizar e desfazer esse mesmo preconceito.” (SARMENTO, 2015).

A comunicação social desenvolve-se em torno de atividades próprias, sendo que malgradadamente nenhuma delas é promover a interculturalidade. No entanto, o seu poder sobre o espaço público e, por inerência, pela maneira como se dá essa mesma interculturalidade é incontornável. A sua responsabilidade deve ser, também por isso, não negligenciável, isto é, a sua capacidade de formar pensamentos estereotipados no senso comum, deve ser desenvolvida, e assim modificarem a sociedade e a cultura.

2.4. A comunicação intercultural

Desde que duas pessoas de culturas diferentes pretendam comunicar, seja de que maneira for, temos “comunicação intercultural”. O que faz com que pessoas que têm as mesmas culturas comuniquem eficazmente, confiem e sejam capazes de antever as reações umas das outras é partilharem uma mesma herança cultural. As crenças, linguagem e valores comuns são a base da comunicação. Devido às muitas diferenças entre culturas não podemos depender das semelhanças para um entendimento eficaz do outro. No entanto, “(...) intercultural communication can be defined as face-to-face interaction between people whose cultures are significantly different from one another” (LAUNIKARI, 2005).

Para uma comunicação eficaz com o outro devemos conhecer a sua cultura, e estar conscientes da nossa e dos potenciais pontos sensíveis ou de clivagem. O estabelecimento de uma relação de confiança baseada no conhecimento da cultura do outro pode revelar-se essencial para a comunicação. Por exemplo, indicadores de resultados do trabalho de tradutores de língua estrangeira nos negócios mostram toda uma comunicação eficaz dos contornos do negócio entre as partes, mas o contrato só é fechado após um contacto “olhos nos olhos” com as partes interessadas. Entende-se, que mais ainda que a linguagem, a confiança é o principal atributo da comunicação intercultural.

“...é possível afirmar que o conhecimento intercultural com vista a uma eficaz comunicação baseia-se na capacidade de olhar as próprias interações de forma crítica; de localizar e desfazer preconceitos; de interagir em outros contextos ou com indivíduos provenientes de outros contextos; e de entender as pessoas, a cultura e a sociedade em interação. Só assim será possível a comunicação intercultural, não só com interlocutores de outras nacionalidades – interação a que o senso-comum tende a reduzir as questões interculturais – mas também com interlocutores com outros sentidos de pertença, sejam eles de comunidade, classe, ocupação, orientação, género ou idade.”

(Sarmiento, 2015: 54)

A sociedade do futuro prevê-se multiétnica, multirracial e multicultural e, num contexto global, isso é positivo. Para que cheguemos a uma convivência saudável terá de haver educação para a igualdade e a inclusão que nos permitam ultrapassar os sentimentos de nacionalidade, raça, etnia ou religiosidade que nos dividem. A perspectiva intercultural é a melhor maneira de o fazer. A interculturalidade é o campo onde se vai “jogar” esse jogo, precisamos conhecer os limites do campo e as regras do jogo.

“Tal não significa que as identidades híbridas devam ser entendidas como simples processos de acumulação que fundem diferentes formas culturais num todo homogéneo. Pelo contrário, para Bhabha os processos de hibridização cultural e identitária (...) são irreduzíveis a categorizações estanques e criam, assim, “espaços intersticiais intermédios” que desafiam os processos de dominação. (...) a narrativa descentralizada de Bhabha sobre a Nação tem sido contestada na medida em que dificilmente consegue explicar os processos sociais, políticos e económicos que mantêm as relações dominantes entre o centro e as margens. (...) Na esteira de Bhabha, o trabalho de Stuart Hall (1990) ...//... Para este autor, a Nação é uma narrativa cultural que produz significados que moldam o sentido de quem somos e de quem são os outros.”

(Horta, 2008: 40-41)

Quando duas culturas se cruzam, existe um período híbrido em que novas normas e valores surgem, melhoradas, enriquecidas e como que captam a essência das relações humanas, da inclusão, respondendo mais depressa a estímulos globais que nacionais. O que podemos fazer para que a experiência intercultural não se revele pernicioso para tudo o que amamos e estimamos como a “nossa cultura e civilização” é eliminarmos os estereótipos, os preconceitos e tudo aquilo que possa gerar ódio e revolta da comunicação, numa interação recíproca com o nosso interlocutor. Para que exista reciprocidade, por vezes, temos de aprender, outras temos de ensinar. As defesas da nossa civilização, das suas normas e valores, da sua cultura são essenciais tal como é essencial sabermos quem somos para conhecermos o outro.

2.5. Espaço público e multimédia

Uma vez que o objetivo do estudo passa pela análise de vários jornais, publicados entre 2013 e 2015, considera-se pertinente introduzir conceitos ligados à multimédia, às tecnologias, às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC).

Como nos diz CÁDIMA¹¹, existe a nível mundial uma sociedade em rede emergente que está a reconfigurar progressivamente o modelo de participação cívica, colocando-a numa espécie de plano deliberativo. A chamada “e-Democracia”. O modelo das NTIC permite um feedback que vai alterar, na sua essência, o próprio conceito de opinião pública de Habermas.

Com Habermas, a intersubjetividade manifestava-se de uma forma difusa onde era difícil medir a influência que a opinião pública veiculada pelos *media* tinha na estrutura da sociedade, seja politicamente seja no campo da formação de opiniões. Era preciso fazer sondagens de opinião via inquéritos telefónicos para sabermos o que pensavam as pessoas e relativamente a outros assuntos como o que as pessoas pensavam da cultura, educação ou como o resultado da sondagem afetava a sociedade ainda era mais difícil saber-se algo em concreto ou estabelecer qualquer relação causa/efeito de poder ou influência. Era possível dirigir a informação manipulando de uma certa forma e até um certo ponto as massas, mas não havia reciprocidade no agir comunicativo.

Com as NTIC a comunicação passa a poder fazer-se nos dois sentidos, síncrona ou assincronamente. As “redes sociais” dão voz a todo e qualquer indivíduo e até o espaço público que existia nos jornais se vê reproduzido nas redes, envolvendo políticos, meios de comunicação sociais, cultura, educação. De repente todos têm opinião sobre tudo e os meios tradicionais de avaliação de opinião passam a ter não só “sins e nãoos” como sentimentos e emoções ou argumentos completos e fundamentados com que se entreter.

“As novas tecnologias da informação estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade. A comunicação mediada por computadores gera uma gama enorme de comunidades virtuais. Mas a tendência social e política (...) é a construção da ação social e das políticas em torno de identidades primárias (...) Por identidade, entendo o processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a estruturas sociais.”

(Castells, 2002: 26)

Segundo CASTELLS (2002), “As culturas são formadas por processos de comunicação” e estas formas de comunicação, também como nos lembra Habermas através da sua descrição da função da linguagem, é baseada na produção e consumo de símbolos ou referências. Seguindo esta lógica não existe separação entre realidade e representação simbólica visto que a linguagem mais não é do que um meio codificado de representar a realidade. Neste ponto, numa relação intercultural as referências partilhadas pelos sujeitos são essencialmente

¹¹ Professor Catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação (DCC) da FCSH-UNL, entre outros cargos.

simbólicas, visto que quer o sujeito que partilha a experiência do seu mundo o tem de explicar de modo a que o “outro” o entenda, como o outro, tem de o entender.

“O que caracteriza o novo sistema de comunicação, que integra múltiplos modos de comunicação numa rede digitalizada, é a sua capacidade de incluir e abranger todas as expressões culturais.”

(CASTELLS, 2002: 491)

As novas redes de comunicação e informação são também o novo “espaço público”, desta vez com resultados verificáveis porque temos o “input” do indivíduo, e não apenas uma resposta abstrata e vaga de uma massa. A comunicação interpessoal, a formação de opinião e o indivíduo fecharam o círculo com a sociedade, numa dialética constante de evolução e crescimento.

2.6. Espaço Público Europeu

Apesar de nos debruçamos no próximo capítulo sobre a realidade do espaço público em Portugal, verificamos, neste ponto, que o espaço público europeu é, antes de mais, um espaço legislativo e normativo instituído pelos Tratados. Somos um projeto comprometido com a Paz, a Liberdade e a Justiça e sabemos, independentemente de qualquer estado-membro que estejamos que temos estas liberdades garantidas. Temos, portanto, aqui delimitado um espaço de segurança, liberdade e justiça, garantido pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem bem como por inúmeras outras convenções, desde o Direito das Mulheres ao Não-nuclear.

Numa Europa que se apresenta multiétnica, multicultural e multilinguística, cuja identidade melhor se pode caracterizar pelos nacionalismos e diversidade, com variadas assimetrias económicas, políticas e sociais, temos um espaço público a condizer, com uns *media* que se revelam insuficientes e impotentes para o representar, muito menos influenciar em termos de espaço globalizante.

A transformação do espaço europeu num espaço político-jurídico único, talvez permitisse ultrapassar as limitações nacionais no que toca aos *media*, mas não permitiria certamente ultrapassar as limitações linguísticas. No momento a União Europeia é o “único cimento” que o une e o define como espaço. Até mesmo o sentimento “ser europeu” tem sido posto em causa com esta nova pressão migratória que está a sofrer a Europa, sendo amplamente aproveitado pelos jornais e pelo partidarismo de todas as maneiras possíveis. Não obstante

o destino funciona de maneiras imprevisíveis e não controladas quer pelos meios tradicionais de poder quer pelos *media*, e o sentimento “ser europeu” sofreu um novo impulso positivo através da dicotomia nós/eles, que tem ajudado a repensar identidades e revisitar conceitos.

Para Ana MARTINS (2010) espaço público é visto ligado à noção de identidade, por agregar um conjunto de membros numa mesma comunidade e considerar a sua participação igualitária. Isso coloca em evidência as principais dificuldades para a sua transposição para um plano europeu, onde a diversidade é um fator de reconhecimento das diferenças de identidades múltiplas. Como dificuldade acrescida para o surgimento de um espaço público europeu o défice democrático veio conferir aos cidadãos um papel incontornável na própria legitimação do projeto europeu, o que ao nível da participação obriga a que seja estabelecida uma nova relação com o público. Tal passa pela participação do cidadão através do uso das novas tecnologias de comunicação e informação.

A identidade europeia funda-se e organiza-se em três eixos, a diversidade europeia, o passado histórico e a natureza multinível, porque tanto os povos que compõem a Europa tem inúmeras culturas diferentes como as suas histórias não são escritas em comum apenas se intercetando em acontecimentos chave para o continente europeu sendo que os interesses e necessidades determinam muitas vezes o nível de poder que cada civilização que nos compõe obtém num determinado momento da sua/nossa história. Podemos encarar os resultados desta investigação de várias maneiras.

O espaço público europeu é também um espaço com uma moeda única e quatro liberdades. A liberdade de circulação de pessoas e bens, acompanhada pela ampliação do espaço económico e de emprego são já conquistas do projeto europeu. O tempo de aceder à informação digital ou o tempo de uma deslocação *low cost*, que pode ser mais barata do que algumas das viagens de táxi ou mesmo comboio. É neste espaço público que se acede a uma universidade, que se encontra emprego, que se fazem amigos, que se constitui família, que se constroem as diferentes variantes da Democracia.

O espaço público europeu é um espaço construído com várias atividades dedicadas apenas à coesão e que nos dão uma sensação de familiaridade pela Europa fora, como as “Capitais Europeias da Cultura” ou “do Desporto” e também com vários problemas comuns a unir os sentimentos dos cidadãos, como a crise, os refugiados ou o Brexit. Os Tratados promovem um aproximar das legislações dos Estados-membros e as etapas de integração promovem

uma União cada vez mais completa, estando nós presentemente a iniciar a União Fiscal, que deverá ser a última etapa antes da União Económica e Monetária ser uma realidade.

As empresas colocam os seus produtos de forma semelhante em toda a parte de modo que, onde quer que estejamos na Europa, podemos encontrar serviços hoteleiros de várias estrelas, comprar roupa na “Zara”, almoçar no “McDonalds” e fazer um “Tour” num autocarro panorâmico descapotável ou equivalente. Existe todo um estilo de vida que é semelhante (o que nos reporta ao conceito de cultura como modo de vida).

Essa semelhança não é coincidência ou resultado de algum estudo do Comité de Coesão. Tem raízes históricas profundas que a áreas como a Literatura, a Arte, a Pintura ou a Música a vários séculos e em áreas como o urbanismo ou a administração pública ao Iluminismo, onde todas as Cortes reais davam festas semelhantes, todas as grandes cidades tinham estilos de vida semelhantes, com parques urbanos apenas diferenciados no estilo de natureza adotado, vestuário e meios de transporte e habitação espalhados pelos 4 cantos. É a herança judaico-cristã a dar identidade à Europa e quando nos referimos à Europa é a Europa em geral e não apenas a União Europeia. Todos os países bebem da mesma fonte histórica.

Somos, no momento, um conjunto de países, pois temos fronteiras exteriores, mas não temos interiores. Partilhamos uma língua comum, o inglês, temos políticas comuns, cultura comum e até crenças em comum. Temos ainda duas características que nos vão distinguindo das demais democracias constitucionais liberais do mundo ocidental ou oriental, temos um estado social forte ou seja, com saúde e educação garantidas para todos e não temos pena de morte.

O espaço comunicativo entre a UE e os seus cidadãos ainda não está suficientemente desenvolvido, por razões várias, para fazer parte da dialética tríptica comunicação/cultura/sociedade, estando esse espaço a ser ocupado por empresas transnacionais de informação, o que remete o agir comunicativo tanto à esfera privada como à esfera pública, tornando subjetivo o conjunto de referências que transmite.

Na Fig. 1 representamos a dialética Comunicação social/Sociedade/Interculturalidade que funciona em torno das premissas para uma interculturalidade saudável, eficaz, representadas num círculo azul ao centro da imagem. Essas premissas são interdependentes e correlacionam-se, pois, embora a confiança possa existir sem a linguagem comum isso não acontece inteiramente, e se não existir reciprocidade e simetria não existe confiança entre dois indivíduos de culturas diferentes.



Figura 1 - Relação entre comunicação social, cultural e interculturalidade no espaço público europeu

Duas dessas premissas, a linguagem e a confiança são comuns e consensuais entre os três vértices do tríptico enquanto as duas últimas premissas, reciprocidade e simetria são presentes na dialética apenas quando existe uma atitude intercultural perfeita, sendo que a sua não-existência prejudica as anteriores premissas, bem entendido. As setas nos dois sentidos a azul representam a interação entre os elementos do tríptico, pois tanto a comunicação social e a interculturalidade influenciam a sociedade como esta, depois de modificada influência a comunicação social e as relações interculturais.

O “agir comunicativo” e a “identidade” a amarelo na figura, representam respetivamente a forma como a Comunicação social e a Sociedade interagem com a Interculturalidade. As setas nos dois sentidos representam a fluidez não só da identidade como dos valores morais propagados pela imprensa.

Tudo isto se passa no Espaço Público Europeu a vermelho na figura, e a seta com dois sentidos a amarelo e vermelho na figura significa isso mesmo, que as ações da dialética estão todas incluídas no Espaço Público Europeu (válido também para qualquer outro espaço público).

Deverá concluir-se, pela observação da Figura 1, que a comunicação social influencia a sociedade da mesma maneira que a sociedade influencia a relação intercultural (a Interculturalidade nela/sociedade contida) e esta, por sua vez, vai influenciar os outros dois, em maior ou menor medida, numa relação direta ou abstrata, no presente ou intergeracionalmente.

Neste ponto, consideramos necessário introduzir o contexto em que as diferentes culturas (maioritárias e minoritárias) coexistem. Na Europa a nossa cultura é balizada pelos Direitos Humanos. Como demonstramos previamente no Capítulo I, os Direitos Humanos não só não são universais como a tentativa de os tornar universais faz com que se levantem resistências por parte de muitas culturas. Pode dar-se ainda o caso de eles serem mal percebidos pelas outras culturas, no que chamamos uma relação intercultural com “problemas de linguagem”.

A título de exemplo, no final do ano de 2015, na Alemanha, dezenas de mulheres foram molestadas por homens de procedência árabe ou do norte da África (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2016), sendo que a defesa dos prevaricadores feita pelos políticos locais, ilustra o quanto a Europa está a agir contra o seu próprio bom senso. Denota-se uma defesa de valores que se tem revelado diferente do comum, onde se pediu cautela a possíveis vítimas e face ao ocorrido, aproveitaram os incidentes para exigir a alteração das políticas migratórias e de acolhimento da Alemanha.

Numa situação normal, as mulheres não seriam molestadas por estarem a festejar a passagem de Ano e os políticos defenderiam o direito à liberdade de o fazerem como é apanágio da nossa cultura, ao invés de defenderem “os molestadores” por estarem a agir de acordo com a cultura deles. Esta defesa acontece em nome de um multiculturalismo que não existe na Europa e cuja filosofia societária como derivação dos nossos valores não é clara nem consensual. Este é o exemplo perfeito de quanto esta “crise de refugiados” está a influenciar a sociedade europeia de modo fraturante nas suas características fundamentais.¹²

Por tanto, chegamos à conclusão que não só a relatividade cultural é o caminho a seguir no futuro pelas diversas Nações e União Europeia, como achamos que organismos de governança global, precisam confrontar a sua linguagem e quando falam de “Direitos Humanos” devem ser direitos universais.

Este passo faria com que fosse moralmente correto impormos a lei que ia defender a nossa identidade e obrigar outras culturas a cumprir os Direitos Humanos quando “na Europa” ou

¹² O acontecimento teve lugar num espaço público, onde a lei não foi cumprida, as instituições foram impotentes para resolver a situação e onde os intervenientes participantes não só pertenciam a diferentes culturas como representavam os seus grupos, não podendo ser atribuídas ações individuais a nenhuma das partes. Os desencontros entre culturas são comuns e acontecem pelas mais variadas razões. Neste caso, a cultura da maioria ou seja, a dominante, não foi a que ditou comportamentos mas sim o contrário. O grupo minoritário ditou as regras e impôs a sua cultura.

em outros países em que eles se praticassem, pois não deixava de ser uma “imposição” mas não era uma ingerência nem uma ameaça civilizacional.

Além disso, a integração de refugiados e imigrantes na nossa sociedade far-se-ia de modo mais rápido e com menos obstáculos porque o que faz com que tantos direitos sejam atropelados na nossa sociedade é, precisamente, a defesa dos Direitos Humanos através do multiculturalismo, que precisamos converter para “educação para a interculturalidade”. Aqui entra a terceira parte da nossa dissertação, a imprensa com a sua capacidade formativa e informativa.

Infelizmente, devido ao diferencial entre o agir comunicativo da União Europeia que é quase exclusivamente normativo e institucionalizado e os *media* europeus que representam, quase exclusivamente, interesses privados como sendo os mercados e a política embora com uma ação comunicativa altamente formadora de opinião, e por falta de verificação de resultados de influência desses *media* na sociedade, somos obrigados a estudar os *media* portugueses no contexto nacional e seguindo os preceitos universais da relação intercultural: a linguagem, a confiança, a reciprocidade e a simetria, por serem a única medida ajustável a qualquer realidade independentemente do sistema vigente.

Pensamos ter mais facilidade de chegar a conclusões num contexto conhecido, embora não pudéssemos deixar de caracterizar o espaço público europeu, indo do geral para o particular, com uma análise ao reconhecimento da influência da imprensa em Portugal.

**CAPÍTULO III - O PAPEL DA IMPRENSA NA INTERCULTURALIDADE E
ESPAÇO PÚBLICO PORTUGUÊS**

3.1. Imprensa

TAYLOR (1998) diz-nos que a política do reconhecimento, diz respeito, em primeiro lugar, com o que nos identificamos, com o que está próximo, o vizinho, a comunidade, a sociedade em que se vive e apenas em última análise com a nação ou o estrangeiro, percebemos que as dificuldades da transposição mediática da memória coletiva da europa para o espaço público se revestem de características que ultrapassam a capacidade dos *media*, tanto como ferramenta organizacional da sociedade e sistema de otimização da mesma (4º poder) ou como nova tecnologia de comunicação e informação.

Segundo HORTA (2005), o que acontece no espaço público português, após o estudo feito a quatro jornais nacionais em relação ao espaço público europeu são principalmente três circunstâncias: a baixa noticiabilidade definida pelos critérios de seleção, a noção de cada um sobre o que é mito e o que é realidade e a supremacia das nacionalidades como prioridade temática.

A “baixa noticiabilidade tem a ver com a importância atribuída pela imprensa aos assuntos que, de algum modo, podem considerar-se “europeus” (HORTA, 2005). Dá-se uma seleção editorial dos temas da primeira página ao que é acrescentado um grafismo particular que fornece mais destaque ou menos a essa notícia, procurando atingir um número de leitores superiores ao reduzido número de assinantes, como todos aqueles que olham para os jornais na rua, nos quiosques, que os leem em cafés ou estabelecimentos comerciais. As notícias europeias são selecionadas pelo grau de importância que têm em relação às notícias do panorama nacional, ou mesmo em virtude do seu grau de relacionamento com estas no sentido de conseguir mais divulgação.

Não se pode simplesmente acrescentar à divulgação as novas tecnologias da informação e comunicação porque os meios de captar a atenção na internet ou nas redes são diferentes dos meios físicos, mas pode-se dizer com alguma segurança que “contribuíram positivamente para a criação do espaço público europeu e, mais especificamente, para um aumento da participação do cidadão nesse espaço” (CASTELLS, 2011). Esse espaço continua, todavia, a ser um espaço nacional refém principalmente da dificuldade de se ultrapassarem os problemas da linguagem utilizada. O espaço podia ser comum e percecionado de forma semelhante se, à semelhança dos Estados Unidos, a linguagem fosse comum por toda a europa. Seria então possível existir uma coordenação entre os principais jornais de modo a transmitirem-se as principais notícias com interesse a todos. O que acontece atualmente é

que, mesmo os jornais com grande tiragem europeia como o *Sun* ou o *Mirror* ingleses veiculam principalmente o espaço público inglês e não o europeu (KEVIN, 2003).

O mito nas diversas sociedades europeias depende simbioticamente do grau de informação que os indivíduos que compõem essa sociedade possuem e do grau de informação que é disponibilizado a essa mesma sociedade pelos *media*. Ou seja, a nível de confrontação de culturas podemos encontrar autênticos “mitos” que condicionam as notícias ou a forma como são apresentadas, como sendo os chavões “os alemães querem conquistar economicamente a europa” ou “os italianos são mafiosos” entre outros. Nacionalmente vemos alimentada desinformação partidarizada do género “o euro não possibilita crescimento dos países pequenos” ou “o parlamento nacional é soberano”. Tais situações não contribuem para a divulgação cabal da informação pelos *media*, antes privilegiando um modo truncado e manipulado de apresentar a notícia.

Quanto ao enquadramento temático podemos considerar, nos jornais portugueses e de modo semelhante nas televisões, “as políticas e o funcionamento das instituições comunitárias, o desporto e a política doméstica nacional” (HORTA, 2005). O desporto revela alguma tendência concertada de transmissões europeias, mas as políticas comunitárias, por exemplo, ultimamente têm ocupado sem qualquer destaque secções últimas ou recuadas da média no campo “internacional”. Os dados são, portanto, mutáveis consoante os interesses, ou seja, o selecionador e o tempo em que são propalados, bem como a localização em que são reproduzidos.

O que nos leva à terceira característica da memória coletiva enunciada por Horta, a nacionalidade:

“A imprensa, como os outros meios de comunicação de massa, desempenham a este nível um importante papel, por permitirem publicar a memória, ou seja, repor em comum memórias coletivas («comum-memorar»). Ao fazê-lo, produzem e reproduzem interpretações do significado das comemorações, favorecendo o sentimento de inclusão, participação e identificação do público com a comunidade.”

(Horta, 2005: 152)

Este tipo de ação ritual reporta-nos à política do reconhecimento de Taylor, ao “Eu e a rede” de Castells e tantos outros autores, pois ao reconhecerno-nos na notícia tornada pública desenvolvemos um sentimento de identidade e vice-versa, a hierarquia das notícias também vai de encontro à identidade da maioria, pois falamos da *media* como organização que serve para “vender” notícias e não “informar” pessoas ou formar sociedades.

Tal levanta uma questão interessante que retomaremos adiante que é a da liberdade da informação. Se os interesses são predominantemente privados só contribuem para uma formação da sociedade quando se cruzam com os interesses públicos porque de resto obedecem a pressupostos económicos. Por outro lado, se os interesses fossem exclusivamente públicos, formativos ou educacionais não teríamos liberdade de informação e sim conteúdos dirigidos, institucionalizados, partidarizados. Entre os *media* “entretenimento” e os *media* “propaganda” situa-se o espaço público num limbo existencial permanente, marcado pelo efémero e polvilhado por um misto de respeitabilidade e descredibilização.

3.1.1. Imprensa Portuguesa

O espaço público surge do cenário político, económico e social e das formas de comunicação e as suas modificações baseiam-se nas relações entre as instituições políticas e as representações sociais, como o associativismo entre outras. Desse somatório surgem diferentes espaços de discussão e decisões, renovando o tecido político-social e fazendo aparecer alternativas que trazem à luz grupos minoritários e contribuem para o crescimento e fortalecimento da democracia.

A pluralidade dos espaços públicos permite que tragam os conflitos das periferias para o centro da vida pública, dando visibilidade às diferentes organizações e movimentos sociais. A comunicação quer pela imprensa quer pelas NTIC gera mudanças nesse espaço público ampliando-o ou fragmentando-o. Quaisquer agentes dotados de capacidade de comunicação como o Estado, os meios de comunicação, os movimentos sociais, as organizações-não-governamentais ou mesmo as redes sociais, intervêm promovendo a permanente mutação do espaço público e revitalizando a malha social, através da busca de consensos mas também do aparecimento de antagonismos e conflitos (CUNHA, 2014). A presença da internet embora polémica, permite uma dinâmica evoluída da “Carta ao Editor” na medida em que não é filtrada e permite toda a sua democraticidade.

A “carta ao editor” acaba por ser a única forma tradicional pela qual os leitores têm oportunidade de se manifestar. Este fenómeno de uso dos fóruns pelos leitores tem dois aspetos fundamentais que se completam, tanto serve para dar feedback democrático (direito

de resposta) aos assuntos abordados como serve para enriquecer os conteúdos, acabando por se tornar fonte de lucro para os jornais (SILVA, 2009).

Esta situação não é ainda garante de democraticidade apesar do fórum criado pelo jornal, pois o processo de seleção das cartas e o facto de muitas não cumprirem os critérios mínimos para serem publicadas faz com que muitos leitores sejam excluídos deste processo. Nesse sentido, como lembra Karin Wahl-Jorgensen citada pela autora, os fóruns podem ser usados apenas como meio de reforçar a credibilidade dos jornais aos olhos dos leitores.

No caso da imprensa portuguesa algumas respostas obtidas em questionários sugerem que a resposta dos leitores é motivada não só por motivos pessoais em relação ao assunto, como para dar opinião ou simplesmente para ser lido por outros e ter o seu nome no jornal (SILVA, 2009). Não obstante muitas vezes filtrados por normas próprias e apesar dos espaços criados pelos novos *mass-media* na internet, muito menos exigentes em termos de conteúdo, mas também muito menos restritivos em termos de participação, os fóruns de “cartas ao editor” ou “cartas do leitor” publicados na imprensa escrita ainda mantêm o seu valor como componente fundamental para o fórum de debate público.

PICCININ (2000) refere que as raízes históricas do telejornalismo apontam dois caminhos distintos entre a Europa e os Estados Unidos. Nascidos de modelos de televisão diferentes, enquanto a Europa praticava o jornalismo engajado, partidário, analítico, os americanos criavam a escola do jornalismo “clean”, asséptico, onde os mitos da imparcialidade e da objetividade são defendidos como verdades inabaláveis até hoje. No entanto, a desestatização das televisões europeias, fruto do processo globalizante que impõe o modelo liberal como parece ser a alternativa de sobrevivência às emissoras, tem aproximado as televisões públicas cada vez mais do modelo de televisão privada.

No que respeita à imprensa escrita em Portugal, CARVALHO (2007) debruça-se sobre a construção da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas. Considerando que as lógicas que atravessam a construção noticiosa não são homogéneas, procede a uma análise comparativa entre dois jornais, um dito de referência (Público), o outro popular (Correio da Manhã). A autora refere que o tamanho, o género jornalístico e a autoria das notícias são reveladoras de um tratamento mais aprofundado dos temas por parte do Público, o que permite confirmar que na imprensa de referência há mais peças noticiosas desenvolvidas sobre os imigrantes e minorias étnicas do que na imprensa popular. Em termos de conteúdo, a análise dos temas das notícias permitiu observar uma predominância da criminalidade no

Correio da Manhã. No Público são os temas relacionados com a discussão social e política da imigração e da etnicidade que prevalecem. A hipótese segundo a qual na imprensa popular a tendência para abordar temáticas ligadas à criminalidade é mais marcada do que na imprensa de referência ficou assim comprovada. Ainda em relação ao tema das notícias, o Público mostra percentagens mais elevadas em temas que correspondem a um interesse pela identidade e cultura dos grupos imigrantes ou de minorias étnicas: cultura, usos, costumes e religião. Este jornal manifesta também uma percentagem considerável de notícias cujo tema é a denúncia ou crítica ao racismo ou a estereótipos.

CÁDIMA (s/d) analisa a forma como se noticia em Portugal o que acontece noutros países europeus, em concreto, as medidas – decisões políticas e sociais- que são tomadas por esses países. O autor procurou dar um exemplo concreto ao modo como foi noticiado no Público o alargamento da UE aos países nórdicos (Suécia, Finlândia e Noruega) e à Áustria. O autor refere que “Macropolítica, europessimismo, longas panorâmicas, 'travellings' e 'planos gerais' (para utilizar termos da "ficção" mediática europeísta), são a prática corrente da matéria noticiosa sobre a construção europeia. E também as "brancas", isto é, o esquecimento, o que não chega a ser noticiado, a falta de acompanhamento constante das temáticas relativas à construção europeia nos seus aspectos mais imediatos - o conhecimento e aplicação prática de programas comuns” (CÁDIMA, s/d).

De facto, a globalização é de tal forma real e abrangente que o mercado dos media português, não deixa de ser um mercado dependente dos centros produtores (Estados Unidos, Japão e Europa). CUNHA (2001) aponta que a estabilização democrática e a entrada de Portugal na União Europeia em 1986 alteraram, substancialmente, as características socioeconómicas vigentes, permitindo uma maior mobilidade social ancorada na expansão de uma classe média “metropolitizada” em cidades do litoral. As estratégias inerentes à conceção de Serviço Público (independentemente dos seus vícios e dependências) dão lugar a estratégias empresarias de concorrência e de consumo. Sendo estes fenómenos generalizáveis em toda a Europa e inerentes à globalização económica e simbólica, são vistos com muita apreensão por alguns setores da intelectualidade portuguesa dada a rapidez e aceleração dos processos em curso.

Na sua investigação, CORREIA (2013) procurou refletir sobre a temática da discriminação dos *media* na imprensa escrita, tendo como objetivo tentar entender como é que os *media* influenciam comportamentos intolerantes e estereotipados na sociedade e, por outro lado,

tentar perceber a importância destes enquanto canais privilegiados de comunicação. Para a concretização desses objetivos foi feita uma análise de imprensa a jornais regionais (*Campeão das Províncias*, *Diário As Beiras* e *Diário de Coimbra*) e nacionais (*Diário de Notícias*, *Jornal i*, *jornal de notícias*, *Expresso*, *Público*, *Primeiro de Janeiro* e *Sol*) e as análises realizadas mostraram que as formas de discriminação mais frequentes nos meios de comunicação social são as baseadas no género, deficiência, ciganofobia, homofobia e na xenofobia. O trabalho realizado mostra que é importante compreender a relevância da esfera pública, porque é nesta que o papel da sociedade civil enquanto espaço de articulação de vozes contribui de forma determinante para a formação e pluralidade da discussão pública.

FILHO (2016) aponta que a comunicação social desempenha um papel relevante na formação da imagem de países e populações na comunidade internacional, sendo que as agências internacionais de notícias ocupam uma função central, por ser uma fonte significativa do conteúdo que abastece as empresas jornalísticas sobre o que acontece fora do alcance da sua realidade. Nas últimas décadas, Portugal reforçou a sua presença dentro da comunidade internacional, com a participação em blocos e organizações que, se por um lado reduziram o poder das suas fronteiras geográficas, por outro aumentaram a influência portuguesa na política, economia e cultura num contexto global. Em razão disso, aumentou também o interesse dos média estrangeiros em relatar os acontecimentos relacionados com o país. Os personagens ligados a Portugal que mais despertam o interesse destas agências estão ligados ao Desporto e à Política. Entre as peças classificadas como Positivas ou Negativas, foi identificado um maior volume de material negativo. Apesar de o conteúdo negativo se sobressair em relação ao positivo, as agências de notícias não fazem uso de estereótipos ou generalizações sobre Portugal ou os portugueses em uma tentativa de justificar os problemas do país. No entanto, Portugal é comparado com a Grécia e com outros países do Sul da Europa, reforçando a generalização de uma debilidade económica e instabilidade política da região.

Por fim, ALMEIDA (2017) refere que os meios de comunicação social são um veículo importante na promoção e defesa dos Direitos Humanos. Em muitas partes do mundo são cometidos atentados contra a vida humana. Guerras, fomes, desalojamentos, clima de instabilidade, abuso de poder são apenas alguns exemplos que vão contra o que é defendido pelos Direitos Humanos. Nada disto se saberia se os meios de comunicação social não projetassem estes acontecimentos para o mundo. No seu trabalho, ALMEIDA (2017) estuda

as representações dos refugiados na imprensa portuguesa, nomeadamente nos jornais Diário de Notícias e Público. Analisa peças noticiosas sobre os refugiados publicadas por ambos os periódicos na segunda quinzena de junho de 2015 e na segunda quinzena de novembro do mesmo ano. A partir dessa análise, que contempla várias vertentes da notícia pertinentes para a construção da imagem do refugiado (títulos, critérios de noticiabilidade, imagens e fontes), procurou demonstrar a importância dos meios de comunicação social na construção da imagem do refugiado e na promoção e defesa do direito deste e dos direitos humanos.

Sobre esta matéria o Conselho da Europa, numa recomendação de 2011 do Conselho da Europa, concretizam uma redefinição do conceito de órgão de comunicação social e, em paralelo, das fronteiras da regulação, que abrange também os novos *media*. Segundo CARVALHO (2018), é indiscutível que a participação destes órgãos de comunicação social no espaço público enriquece o pluralismo informativo e o próprio regime democrático, mesmo que ela constitua um novo desafio para os *media* tradicionais, sujeitos a novos concorrentes, a novas redes, canais e formas de distribuição de informação e a novos modelos de consumo. Acresce que o mero acesso à atividade não constitui para os novos *media* uma dificuldade acrescida, bastando um mero registo, idêntico ao das publicações periódicas, bem longe do regime de licenciamento por concurso ou de autorização dos operadores tradicionais de rádio e de televisão.

3.1.2. A imprensa como agente de conhecimento e construtora da realidade

Os *media* assumem hoje o estatuto de instituições com um importante papel social, quer em termos do conhecimento socialmente disponível, quer no que toca ao exercício do poder simbólico, económico ou político. Como refere Martin EIDE “dificilmente algum ator social ou instituição moderna escapa à lógica prevalecente na *media*” (2007: 21). Assim sendo, os *media*, exercem uma clara influência no modo como diferentes atores concebem e condicionam a sua atuação pública, a partir dos pressupostos e características que reconhecem nas lógicas e nos modos de agir do jornalismo e *media* (BARREIROS, 2012).

Benedict ANDERSON na sua obra intitulada *Comunidades Imaginadas*, determina o conceito de nação como uma comunidade imaginada, no sentido em que “até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontraram e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão” (2005: 25). Esta imaginação, porém, não é considerada

sinónimo de sociedades falsas, mas sim de uma “rede de parentesco”, que dota os seus membros de uma certa particularidade. Neste sentido, a formação destas redes, não pode ser compreendida desviada do contexto de proliferação dos jornais e de outras publicações como do romance, que desde a prensa mecânica, vêm gerado uma espécie de ligação invisível e simbólica entre os indivíduos (ANDERSON, 2005).

Desta forma, perante a degradação de antigos vínculos que ancoravam a sua coesão (a diminuição da importância da religião, a perda de sacralização de um idioma e o fim dos poderes dinásticos de um rei), a imprensa passou a desempenhar um papel determinante na medida em que cria uma determinada homogeneidade, fazendo com que a mesma notícia, ou a mesma narrativa, chegue igual forma a pessoas diferentes. Gera similitude do conhecimento vivo e da disseminação de saberes. Citando Hegel, mostra-nos que a leitura do jornal, cria uma extraordinária cerimónia de massas, sendo os jornais para o homem moderno, são considerados os substitutos das orações matinais, sendo que, ainda que em silêncio e na intimidade, estes têm consciência que a sua oração estará a ser repetida em simultâneo por milhares de outros indivíduos com os quais nunca tiveram contacto. Desta forma, ao ver exemplares exatos do seu jornal a serem consumidos pelos seus vizinhos, no metropolitano ou mesmo na barbearia, o leitor do jornal, visualiza as raízes que compõe o mundo imaginado, sentindo-se parte integrante de um grupo que reparte os mesmos saberes e informações (ANDERSON, 2005).

Assim sendo, o que segundo Anderson, faz com que uma comunidade seja “imaginada”, é o sentimento de comunhão segundo o qual os membros se encontram ligados, um vínculo produzido pela certeza de que as suas orações, estão a ser executadas ao mesmo tempo, por diversos indivíduos. Uma temporalidade simultânea, que assegura a nação, como também, o seu movimento na história (ANDERSON, 2005).

As pessoas obtêm grande parte do conhecimento do mundo fora de sua experiência *imediate* através dos *mass-media*, onde o conteúdo jornalístico predomina. Os modos jornalísticos de representar a realidade, os modelos e *modos operandi* dos jornalistas também influenciam outras instituições sociais: política, agentes do mercado, instituições educativas e assim por diante (BARREIROS, 2012).

De facto, as sociedades modernas são marcadas por uma característica nova, que penetra em todas as esferas – presença ou omnipresença dos meios de comunicação. Segundo THOMPSON (2005) vivemos hoje, perante uma sociedade e uma “cultura *mediada*”, sendo

que não existe nenhuma instância que não apresente uma relação profunda com a *media* e que não esteja intrinsecamente contaminada por ela. Cada um de nós vive cercado por palavras e imagens que a toda a hora penetram nos nossos olhos, nos nossos ouvidos e na nossa mente (GUARESCHI, 2007).

A comunicação constrói, na atualidade, um novo mundo social, sendo que alguma realidade ou facto só existe, ou deixa de existir, se é ou não veiculado pelos *media*. Tomemos como exemplo os diálogos que marcam os nossos dias e que são ouvidos com muita frequência quando alguém diz: “Interessante, acabou a greve!” E quando o interlocutor questiona essa pessoa acerca de tal resposta, esta afirma: “Não se vê mais nada na televisão! Não há mais nada nos jornais!”. Desta forma a *media* tem na atualidade o poder de instituir o que é ou não real, existente (GUARESCHI, 2007).

Para além disso, a *media* não só diz o que existe, como consequentemente, o que não existe, por não ser veiculado, atribuindo uma conotação valorativa à realidade existente. Assim, incute nas pessoas, que as realidades apresentadas pela *media*, são as únicas que devem ser tomadas em consideração e merecedoras de importância, uma vez que são verdadeiras e úteis para a criação de um cidadão informado. Da mesma forma, pessoas que aparecem na televisão são dignas e merecedoras de respeito (GUARESCHI, 2007).

Importa ainda referir, que a *media* coloca na agenda de discussão os assuntos que são falados no trabalho, em casa, nos encontros sociais, determinando aquilo que deve ou não ser falado. Assim sendo, se a *media* decidir, que certo assunto ou determinado tema não deva ser discutido pela população de alguma sociedade, ela tem o poder de excluí-lo de pauta. Uma população inteira fica impossibilitada de conhecer que tal problema existe numa sociedade, ou que tal facto ocorreu num certo local do mundo se os *media* assim decidirem, tendo estes o poder de escolher quais os assuntos que devem ser noticiados (GUARESCHI, 2007). Os meios de comunicação têm assim a faculdade não apenas de induzir o público a pensar em certo tema, como também são decisivos na forma como estes devem pensar sobre ele, através do modo como são destacados e representados os tópicos e os eventos (GOMES, 2011).

Na grande discussão nacional e mundial, encontra-se presente exatamente esta questão, o poder que o *media* tem em instituir, selecionar e criar uma agenda, incluindo os temas que lhe interessam e excluindo aqueles que possam contestá-la. Um dos aspetos importantes que é negado ao público, diz respeito ao próprio funcionamento dos *media*, sobre o direito que as pessoas têm à informação e à comunicação (GUARESCHI, 2007).

Se é certo que o ser humano se vai construindo a partir das relações que vai estabelecendo ao longo da sua existência, hoje temos uma nova personagem nas nossas casas, que está presente nas nossas vidas e com quem estamos em contacto constante. Todos os dias somos bombardeados com imagens, notícias, anúncios publicitários. Quem é que hoje consegue viver sem televisão, computador, jornais, revistas, cinema? A toda a hora, estamos sempre a receber informação e esta nova personagem, têm um poder inimaginável, ele é a única que fala, estabelece com os interlocutores uma comunicação vertical, de cima para baixo, não faz perguntas e apenas dá respostas (GUARESCHI, 2007).

Como consequência dessa naturalização e imprescindibilidade da *media*, construída por ela mesma, cria-se o que alguns estudiosos denominam de “poluição mediática”, ou “contaminação mediática”. Ou seja, além, ser utilizada como uma arma de luta na nova guerra ideológica, devido à sua explosão, superabundância e multiplicação, também contamina e envenena com todo o tipo de mentiras, distorções e manipulações, o ambiente social. Está a acontecer com a informação aquilo que sucedeu com a alimentação. Se durante muito tempo, a alimentação era escassa, causando penúria, a partir da revolução agrícola e com a superprodução, passaram a ser produzidos alimentos em abundância, contudo contaminados e envenenados com pesticidas. O mesmo acontece com a informação, que se historicamente era escassa ou mesmo inexistente (o que ainda hoje acontece em algumas ditaduras), atualmente em países democráticos, multiplicou-se e transborda por todo o lado. É como se fosse o quinto elemento além do ar, da terra, da água e do fogo (GUARESCHI, 2007).

Tal como podemos verificar através das palavras de ADORNO E HORKHEIMER (1944, citado por GOMES, 2011) acerca da crítica moral e teórica dos modos da política e da economia capitalista, existe um profundo efeito destrutivo sobre a consciência popular através da fabricação dos *mass-media*. Este efeito destrutivo deve-se ao facto do consumismo em massa ser considerado algo que coopta a alma e amortece o cérebro do indivíduo, levando a criação de um objeto universalmente acrítico, ao invés de um sujeito pensante, crítico e ativo.

Começa-se a falar na necessidade de uma “ecologia da informação”, resgatando o respeito elementar pela verdade. A comunicação é um serviço público, não se pode confundir liberdade da empresa com liberdade da imprensa. Como muito bem refere GUARESCHI, “a liberdade dos meios de comunicação não é mais do que a extensão da liberdade coletiva de

expressão, fundamento da democracia. Como tal, implica responsabilidade social e o seu exercício está, portanto, sujeito, em última instância, ao controle responsável da sociedade” (2007: 23).

3.1.3. O sensacionalismo do jornal impresso

Na imprensa existem, naturalmente, diferenças inerentes a cada meio de comunicação, sendo que uma dessas diferenças pode ser observada no mercado que pretende abranger. Desta forma, podemos classificar cada jornal de acordo com o tipo de mercado-alvo, o que é tomado como referência para orientações específicas em termos de seleção, enquadramento, complexidade e profundidade dos artigos noticiosos (MACHADO; SANTOS, 2009).

A imprensa dita de “qualidade”, procura estabelecer relações de carácter mais simbólico com os seus leitores, dirigindo-se a uma “elite” que valoriza a abordagem de conteúdos sérios, como a economia e a política, através de notícias de carácter longo e de análises profundas e complexas. A imprensa denominada “popular”, também designada de “tabloide”, opta frequentemente por um estilo sensacionalista, com abordagens temáticas superficiais, seguindo um formato discursivo acessível e informal. A intensidade geralmente presente nas suas representações busca estimular emoções e sentimentos por parte da audiência, oferecendo mais entretenimento que informação (MACHADO; SANTOS, 2009).

O sensacionalismo consiste, então, numa postura adotada por determinados meios de comunicação, que se caracteriza pelo exagerado, pelo apelo ao emotivo e pelo uso de imagens fortes relativas a um facto jornalístico. Sensacionalismo, tal como o próprio radical indica refere-se a tudo que desperta sensações. Embora esclarecer o que é ou não sensacionalismo se demonstre complexo, existe uma característica única que o distingue: o espetáculo mediático pretendido com a notícia. Este tipo de imprensa é a mais moralizadora, uma vez que condena os desvios sociais à norma, segundo temáticas relativas ao crime onde se encontram mais reforçados os valores sociais, culturais e morais de uma determinada sociedade (FIGUEIREDO, 2010).

De facto, as funções sociais dos *media* e da justiça nas sociedades contemporâneas, são suscetíveis de se tornarem concorrentes, na medida em que os meios de comunicação, como espaço público vão substituindo progressivamente as instituições tradicionais de controlo social, cujo poder sem visibilidade pública, perde eficácia e capacidade de determinação

tornando-as impotentes e resignadas (COMMAILLE, 1994). A capacidade de “dizer o direito” (BOURDIEU, 1989), tende cada vez menos a usufruir de um monopólio no campo da justiça, assistindo-se a um preenchimento dessas lacunas sociais pelos *media*, cuja força persuasiva e a sua importância foram potenciadas pelo aparecimento da rádio e da televisão (SURETTE, 1998). Neste sentido, os *media* contribuem para uma projeção pública de uma moral coletivamente partilhada desenvolvida nas interações com as respetivas audiências (MACHADO & SANTOS, 2009).

Segundo PEDROSO (2001), na imprensa sensacionalista o discurso dos jornais é construído de forma exacerbada, segundo os modelos e os arquétipos sociais já enraizados no imaginário social. Algumas práticas bastante comuns dos meios sensacionalistas são: a intensificação de um facto ocorrido, o exagero e a heterogeneidade gráfica; a exploração da emoção em detrimento da informação; a super divulgação do extraordinário e do invulgar; a valorização incorreta de conteúdos ou temáticas isoladas e não inseridas num contexto; textos voltados para o trágico, o erótico, o violento, o ridículo, o insólito, o grotesco e o fantástico; textos elaborados apenas segundo uma fonte; textos parciais (CORREIA, 2007).

De uma forma mais específica, é como se empresas que optam por um jornalismo sensacionalista, transformassem um acontecimento, num evento, onde quanto mais o público se sentir admirado, emocionado e fragilizado, mais pontos a empresa adquire, mais clientes ela consegue conquistar e conseqüentemente mais lucro terá. Assim, manipulam, alteram e recriam a realidade, dando uma nova dimensão aos acontecimentos, ou seja, um acontecimento nunca é realmente contado como aconteceu, mas sim da forma que chamar mais atenção, no sentido de se conseguir mais vendas. Este tipo de procedimento é cada vez mais comum nos jornais e justifica-se através da tese levantada por ARBEX (2001), onde o autor afirma que a notícia tratada como entretenimento é algo que se está a tornar numa febre dentro das redações. Se o entretenimento vende, então nada mais “inteligente” do que moldar a realidade à diversão (CÁDIMA et al., 2011).

Na perspetiva de ARBEX (2001) as pessoas gostam desta política de circo, tendendo a tomar como verdade absoluta e inquestionável tudo que vêm nos *media*, considerando que nos jornais se encontra tudo o que realmente precisam saber sobre determinado acontecimento, enquanto estes somente o pincelam. Este autor faz ainda uma acusação mais grave acerca dos meios de comunicação, afirmando serem inimigos da democracia, no sentido em que

manipulam, mentem, maquiam e alteram os enquadramentos, de maneira ao que foi dito e escondido antes, não se torne contraditório hoje.

Para se considerar um texto sensacionalista é necessário que se proceda a uma análise da sua produção, através, da seleção de palavras, do que foi focado, dos preconceitos ali produzidos e das denominações taxativas. Geralmente estes jornais possuem um carácter opinativo e crítico, dando preferência a assuntos polémicos e dando voz a apenas um lado da história. Para além disto, cria ainda personalidades e atribui destaque ao assassino, como se este fosse uma autêntica celebridade. Recorta a história para que os factos mais chocantes sejam tornados espetaculares, desrespeitando a ética profissional, no sentido em que não se encarrega de informar, mas sim de atribuir ênfase e emoção aos acontecimentos. As notícias, não possuem relação com a cultura e não mostram os factos mais importantes emocionalmente e politicamente. E finalmente é imparcial, defendendo apenas o seu ponto de vista, ao invés de lançar ao público ideias para um debate posterior de forma democrática (CÁDIMA et al., 2011).

Ainda de referir que a linguagem classificada como sensacionalista é expressa de uma forma primária, ou seja, uma forma simplória de comunicar com o público. Dado que os jornais necessitam urgentemente da obtenção de dinheiro, são obrigados a recorrer à explosão de significados das palavras. Dentro desse contexto, os temas mais abordados são o sexo e a violência, assuntos tratados de forma escandalosa, como se de acontecimentos excepcionais se tratassem, sendo dessa forma que são levados aos ouvidos da população. Assim sendo, na construção da notícia, o que importa não é o facto em si, mas sim a forma como este ocorreu. Quanto mais cruel e violenta for, por exemplo, uma morte, mais interessante se torna a sua divulgação (CORREIA, 2007).

O leitor sente-se constantemente atraído e seduzido pelas palavras e imagens destes jornais. Ele compra o jornal e leva para as outras pessoas lerem, como se tivessem um papel importante na sociedade e fosse uma pessoa informada. Este sente-se importante quando ocorre alguma tragédia, e corre logo para conta-la a alguém e os *media* sabem disso. Os jornais vivem para causar impacto e causar discussão, sendo que para a produção de “manchetes mágicas” o jornalista precisa de imaginação, criatividade e domínio do discurso. Tal prática torna-se num ciclo vicioso, pois todos os dias o jornalista deve conseguir uma matéria tão boa que seja capaz de vender todo o jornal, recorrendo, por este motivo, a notícias

com um carácter insinuado e violento, de forma a despertar curiosidade e emoção aos seus leitores (CORREIA, 2007).

Outro aspeto que se deve ter em conta nesse tipo de jornais passa pelo facto interessante e assustador de tentarem a toda a hora impor medo nas pessoas. A insegurança, os assassinatos, os roubos constantes, são temas noticiosos que se repetem diariamente, levando a população a sentir-se insegura e mais fragilizada, com medo até dos próprios vizinhos (CORREIA, 2007).

Enquanto a proteção social se tornou um importante ponto de venda, talvez o maior, nas estratégias de marketing de mercadorias de consumo, a garantia de “lei e ordem”, ligada à promessa de proteção social, passou a ser um grande ponto de venda tanto nos manifestos políticos, como nas campanhas eleitorais. Ao mesmo tempo, as ameaças à segurança pessoal foram promovidas à posição de grande trunfo, na guerra de audiências dos veículos de comunicação em massa, incrementando ainda mais o sucesso dos usos políticos e comerciais do medo. Desta forma, pode-se afirmar que existem várias formas de aproveitar os crescentes acréscimos do medo, como nos casos de legitimação e aprovação política, e fortalecimento da máquina governamental (BAUMAN, 2008).

Seria fútil e insano negar a realidade do crime, assim como dos perigos a ele subjacentes, a questão prende-se, contudo, no facto do crime, como todas as outras questões de interesse público, tende a ser avaliado através da sua extensão e publicidade concedida e não pelas suas qualidades inatas. Os Estados, tentando resistir às tormentas que ameaçam desvendar os seus programas e políticas, fomentam uma campanha contra o crime, desenvolvendo um conjunto de medidas, com o objetivo de permanecerem por mais tempo no poder (BAUMAN, 2008).

Assim sendo, a retirada do Estado da sua função principal, reabriu a questão da legitimidade pública. Não admira, portanto, que a autoridade do Estado esteja a ser procurada na proteção contra os perigos da segurança pessoal. Como refere Adam Curtis, embora o terrorismo global seja um perigo extremamente real, é continuamente reproduzido na “terra de ninguém” da imensidão global, sendo que grande parte da sua ameaça, senão toda ela: “é uma fantasia que tem sido exagerada e distorcida pelos políticos. Trata-se de uma ilusão sombria que se espalhou sem questionamento pelos governos de todo o mundo, além dos serviços de segurança e da *media* internacional”. Ou seja, não é difícil encontrarmos razões para este facto, sendo que: “Numa época em que todas as grandes ideias perderam

credibilidade, o medo de um inimigo fantasma é tudo que restou aos políticos para manterem o seu poder” (BAUMAN, 2008: 194).

3.2. Relações Interculturais na Europa – análise à imprensa portuguesa entre 2013 e 2015

Procedeu-se à análise da imprensa portuguesa para perceber a relação existente entre as relações interculturais na Europa e a sociedade portuguesa na altura da “crise dos refugiados”, entre 2013 e 2015.

A investigação incidiu sobre todas as capas onde constasse na manchete principal, na lateral ou no rodapé qualquer referência ou imagem aos temas refugiados, migrações, guerra, terrorismo, islamismo, Mediterrâneo, Ucrânia, Síria, asilo, ódio, preconceito ou qualquer outro termo usado para descrever a situação em estudo¹³. Aleatoriamente, algumas manchetes ou referências menores que dessem origem a artigos de fundo também foram revistas, para ficarmos com uma ideia mais aprofundada da maneira como o jornal abordou os temas.

Foi feita uma consulta a três jornais nacionais, sendo dois diários e um semanário, publicado nos anos 2013, 2014 e 2015. Os diários escolhidos foram o *Diário de Notícias* (versão de Lisboa) e o *Público*, por representativos de faixas diferentes do público, e o *Expresso* por ser o semanário mais generalista e com maior representatividade.

Segundo informação do site da “APCT”¹⁴, o *Diário de Notícias* teve respetivamente nos anos 2013, 2014 e 2015 a seguinte tiragem e circulação:

¹³ A investigação tem como principal objetivo perceber se os conceitos e paradigmas atuais sobre interculturalidade e espaço público encontram eco na imprensa nacional e contribuem para a formação e estruturação da sociedade.

¹⁴ “Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação” (A Circulação Total Impressa inclui a Circulação Total Digital.)

Todos os segmentos | 2013

PUBLICAÇÃO	1º BIMESTRE		2º BIMESTRE		3º BIMESTRE		4º BIMESTRE		5º BIMESTRE		6º BIMESTRE	
	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO
A-Z Z-A	▼	▼	▼	▼	▼	▼	▼	▼	▼	▼	▼	▼

Diário de Notícias Jornal Diário VER GRÁFICO	41.504	25.398	40.867	25.274	40.379	24.833	34.497	19.578	33.731	18.715	32.217	17.794
--	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

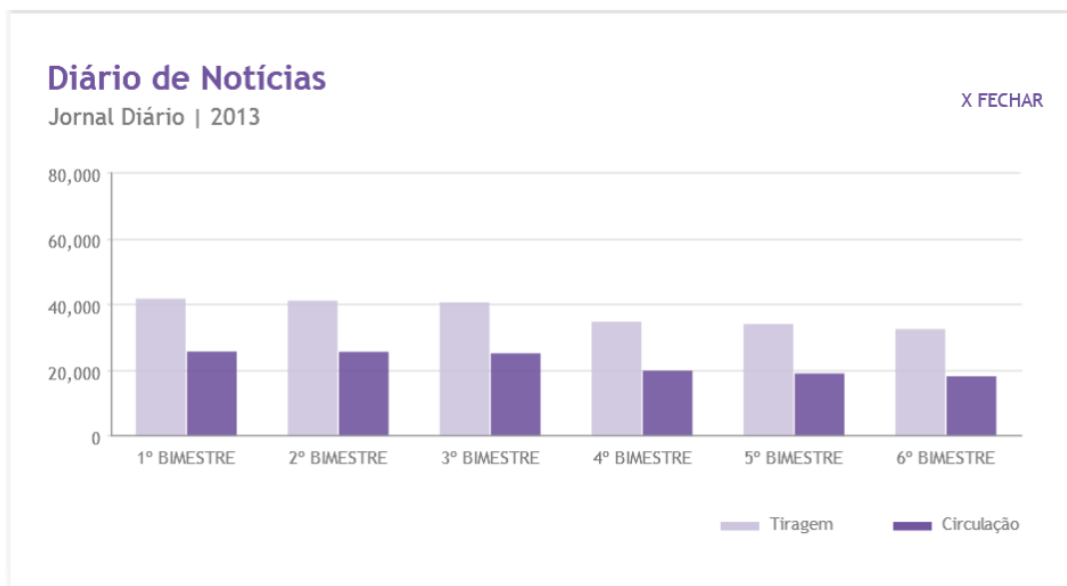


Figura 2 - Tiragem e Circulação do Diário de Notícias no ano 2013

Todos os segmentos | 2014

PUBLICAÇÃO	1º BIMESTRE		2º BIMESTRE		3º BIMESTRE		4º BIMESTRE		5º BIMESTRE		6º BIMESTRE	
	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO
A-Z Z-A	▼	▼	▼	▼	▼	▼	▼	▼	▼	▼	▼	▼

Diário de Notícias Jornal Diário VER GRÁFICO	31.409	17.478	31.071	17.420	31.197	17.414	32.085	18.662	30.618	17.090	28.541	16.516
--	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

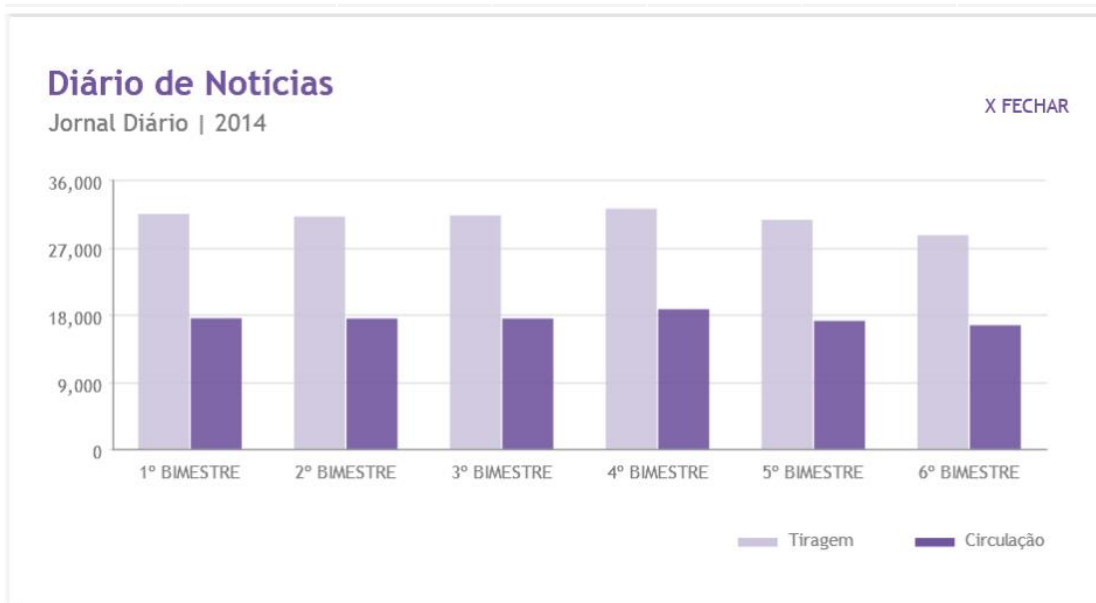


Figura 3 - Tiragem e Circulação do Diário de Notícias no ano 2014

Todos os segmentos | 2015

PUBLICAÇÃO	1º BIMESTRE		2º BIMESTRE		3º BIMESTRE		4º BIMESTRE		5º BIMESTRE		6º BIMESTRE	
	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO
Diário de Notícias Jornal Diário VER GRÁFICO	28.600	16.023	29.215	16.260	28.714	15.624	29.263	16.455	27.804	15.244	26.819	14.957

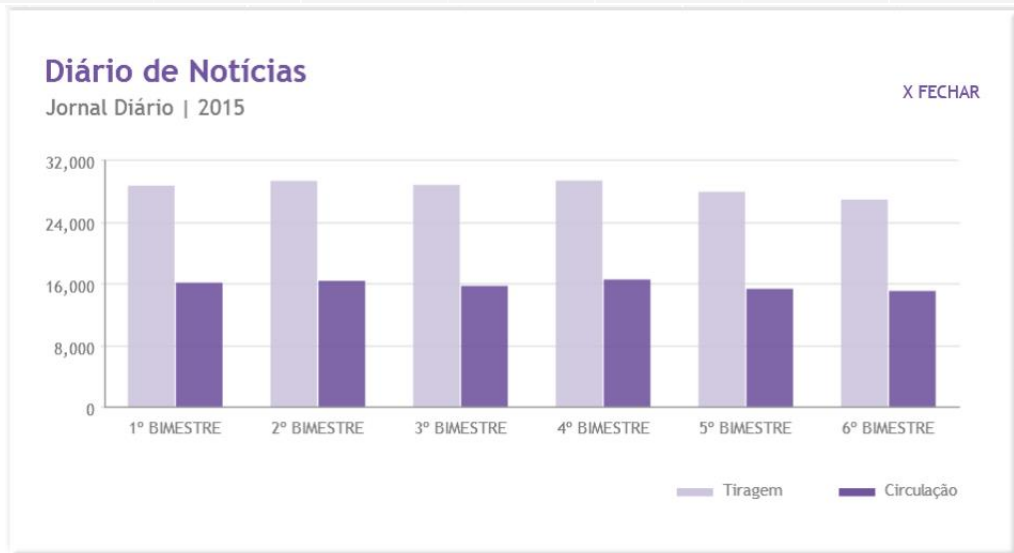


Figura 4 - Tiragem e Circulação do Diário de Notícias no ano 2015

O *Público* teve respectivamente nos anos 2013, 2014 e 2015 a seguinte tiragem e circulação:

Todos os segmentos | 2013

PUBLICAÇÃO	1º BIMESTRE		2º BIMESTRE		3º BIMESTRE		4º BIMESTRE		5º BIMESTRE		6º BIMESTRE	
	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO
Público Jornal Diário VER GRÁFICO	40.464	27.918	42.158	29.140	45.041	29.074	45.572	29.370	40.906	28.360	37.719	27.739

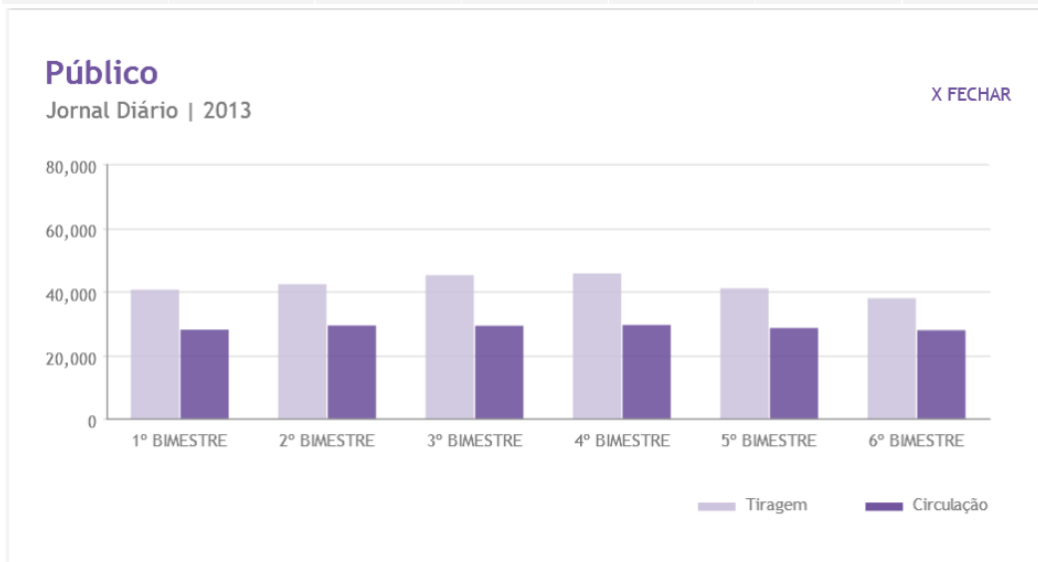


Figura 5 - Tiragem e Circulação do Público no ano 2013

Todos os segmentos | 2014

PUBLICAÇÃO	1º BIMESTRE		2º BIMESTRE		3º BIMESTRE		4º BIMESTRE		5º BIMESTRE		6º BIMESTRE	
	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO
Público Jornal Diário VER GRÁFICO	35.220	28.284	34.278	28.197	34.271	29.258	36.529	30.916	35.576	31.985	34.566	35.136

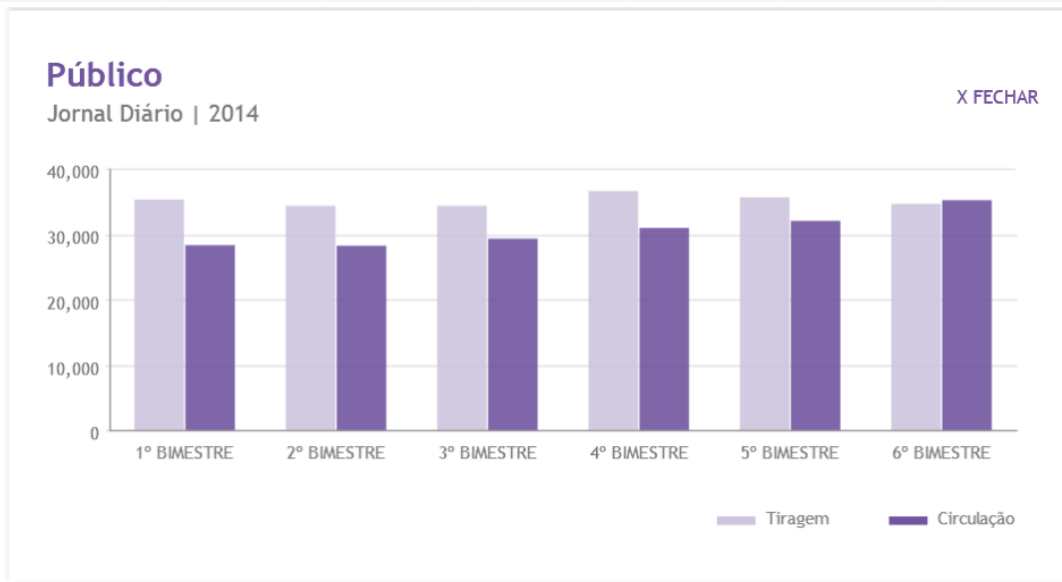


Figura 6 - Tiragem e Circulação do Público no ano 2014

Todos os segmentos | 2015

PUBLICAÇÃO	1º BIMESTRE		2º BIMESTRE		3º BIMESTRE		4º BIMESTRE		5º BIMESTRE		6º BIMESTRE	
	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO
Público Jornal Diário VER GRÁFICO	34.334	38.605	35.068	36.634	33.365	32.237	34.768	31.342	33.739	31.580	32.753	31.653

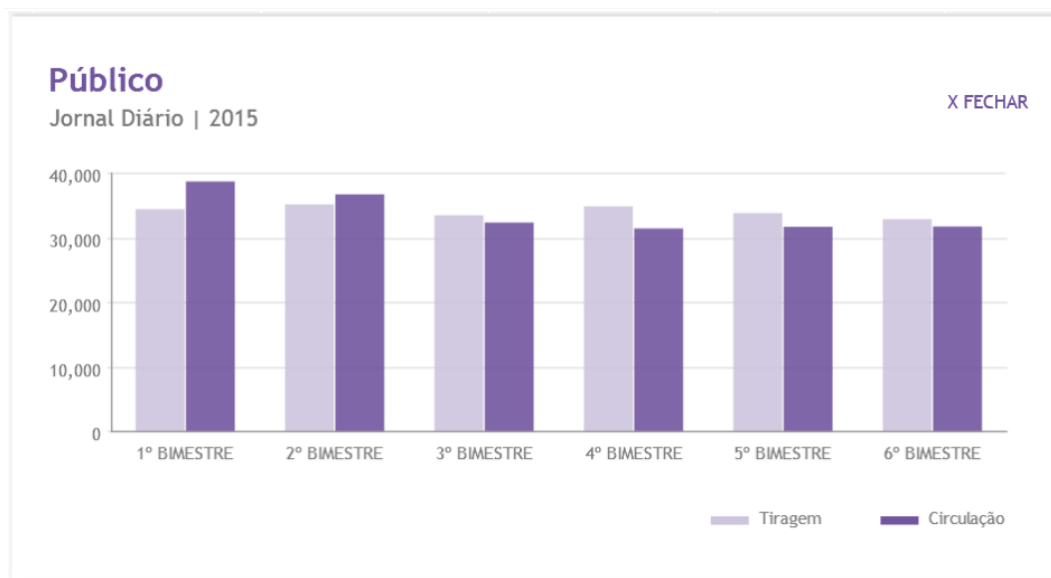


Figura 7 - Tiragem e Circulação do Público no ano 2015

O Expresso teve respetivamente nos anos 2013, 2014 e 2015 a seguinte tiragem e circulação:

Todos os segmentos | 2013

PUBLICAÇÃO	1º BIMESTRE		2º BIMESTRE		3º BIMESTRE		4º BIMESTRE		5º BIMESTRE		6º BIMESTRE	
	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO
Expresso Jornal Semanal VER GRÁFICO	114.563	96.739	115.533	95.095	112.772	93.519	112.500	97.643	107.706	93.707	103.411	92.431

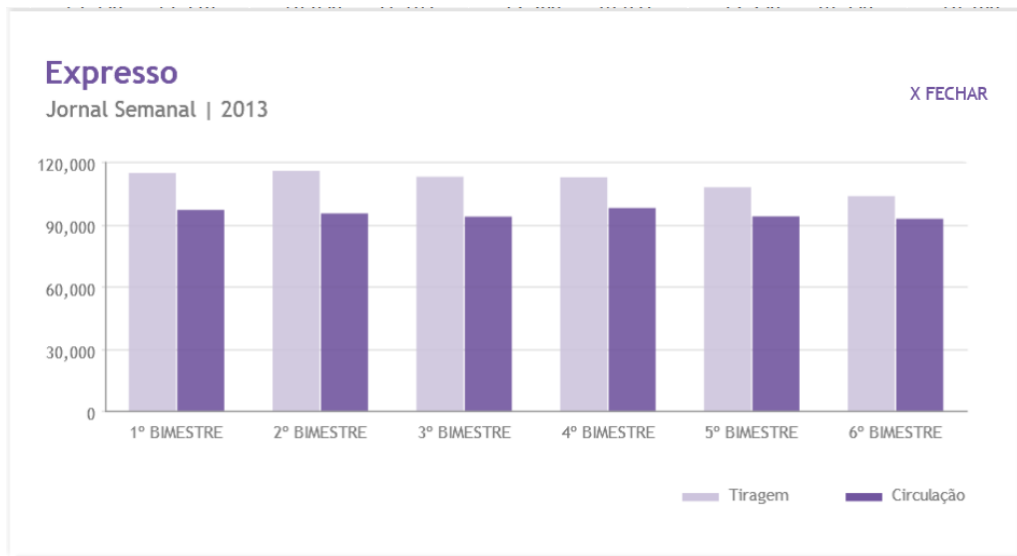


Figura 8 - Tiragem e Circulação do Expresso no ano 2013

Todos os segmentos | 2014

PUBLICAÇÃO	1º BIMESTRE		2º BIMESTRE		3º BIMESTRE		4º BIMESTRE		5º BIMESTRE		6º BIMESTRE	
	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO	TIRAGENS	CIRCULAÇÃO
Expresso Jornal Semanal VER GRÁFICO	100.663	88.368	98.856	87.533	97.178	85.849	103.367	104.210	98.650	97.347	97.033	95.359

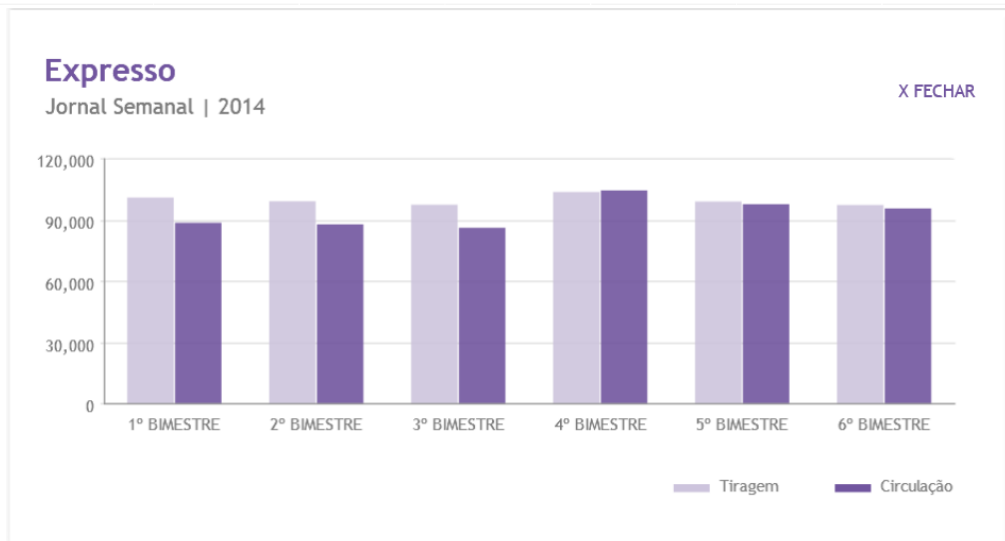


Figura 9 - Tiragem e Circulação do Expresso no ano 2014

Todos os segmentos | 2015



Figura 10 - Tiragem e Circulação do Expresso no ano 2015

O *Diário de Notícias* teve em 2013 uma tiragem de 223.195 mil jornais e uma circulação de 131.592 mil jornais. Em 2014 teve uma tiragem de 184.921 mil jornais e uma circulação de 104.580 mil jornais. Em 2015 teve uma tiragem de 170.415 mil jornais e uma circulação de 94.563 mil jornais. Temos para o *Diário de Notícias*, nos três anos que diz respeito o estudo, um total de 578.531 mil jornais de tiragem com uma circulação não superior a 330.735 mil jornais. Podemos observar pela análise simples do site da “APCT” não só uma descida de ano para ano, o que revela uma descida na taxa de penetração no público como uma percentagem de circulação recorrentemente baixa em relação à tiragem, não sendo superior a 57% da mesma, o que mostra um desinteresse continuado pelo tipo de publicação do jornal no geral.

O *Público* teve em 2013 uma tiragem de 251.860 mil jornais e uma circulação de 171.601 mil jornais. Em 2014 teve uma tiragem de 210.440 mil jornais e uma circulação de 183.776 mil jornais. Em 2015 teve uma tiragem de 204.027 mil jornais e uma circulação de 202.051 mil jornais. Temos para o *Público*, nos três anos que diz respeito o estudo, um total de 666.327 mil jornais de tiragem com uma circulação não superior a 557.428 mil jornais. Podemos observar pela análise do site da “APCT” a mesma descida de tiragem e circulação

de ano para ano o que revela uma descida na taxa de penetração no público. A percentagem de circulação em relação à tiragem é por norma alta fixando-se nos 84% da mesma, embora pela leitura do gráfico se consiga ver que por vezes é superior à tiragem, número conseguido com certeza através das edições online (não impressas). Ficamos com a sensação que o jornal é uma publicação nacional cheia de vitalidade e com elevado interesse por parte do público leitor.

O *Expresso* teve em 2013 uma tiragem de 666.485 mil jornais e uma circulação de 569.134 mil jornais. Em 2014 teve uma tiragem de 594.444 mil jornais e uma circulação de 558.846 mil jornais. Em 2015 teve uma tiragem de 591.305 mil jornais e uma circulação de 575.594 mil jornais. Temos para o *Expresso*, nos três anos que diz respeito o estudo, um total de 1.852.234 mil jornais de tiragem com uma circulação não superior a 1.703.574 mil jornais. Podemos observar pela análise do site da “APCT” a mesma descida de tiragem e circulação de ano para ano que os dois jornais diários mencionados anteriormente, o que revela uma descida na taxa de penetração no público. A percentagem de circulação em relação à tiragem é, por norma, bastante alta fixando-se nos 92% da mesma, embora pela leitura do gráfico se consiga ver que, por vezes, é superior à tiragem, número conseguido com certeza através das edições online (não impressas). Um pormenor a reter é que sendo o *Expresso* um jornal semanário tem uma circulação superior ao *Público*, que com 557.428 mil jornais de circulação no total fica-se por uma taxa de penetração no público leitor de 33% em relação ao *Expresso*. O *Diário de Notícias* com 330.735 mil jornais de circulação nos três anos não passa dos 19% da taxa de penetração observada no *Expresso*. Ficamos com a sensação que o *Expresso* é uma publicação nacional incontornável na média impressa e com elevado interesse por parte do público leitor.

Foram visualizados 1095 jornais diários dos três anos do *Diário de Notícias* e do *Público* o que soma 2190 jornais mais 156 jornais do *Expresso*, o que dá um total de 2346 jornais.

No *Diário de Notícias* foram encontrados 241 títulos referentes ao tema sendo 48 no ano de 2013, 104 no ano de 2014 e 89 no ano de 2015. Num universo de 1095 dias existiram referências em 22%. Dos 48 títulos no ano de 2013, 25 eram manchetes, 20 eram apontamentos laterais e 3 eram notas de rodapé. Durante o ano de 2014, 47 eram manchetes, 42 notícias laterais e 15 notas de rodapé. Em 2015 encontramos 41 manchetes, 36 notícias laterais e 13 notas de rodapé. De realçar que, diversas vezes se verificavam mais que um título referente aos temas, podendo ser uma manchete e uma notícia lateral na mesma capa,

sendo por exemplo uma sobre a Ucrânia e outra sobre a Síria ou terrorismo, mas sempre com a guerra como tema de fundo, uma ou duas vezes por semana durante os três anos sobre os quais incidiu o estudo. As notícias tiveram sempre um tom agressivo e condenatório de qualquer dos temas em questão, mesmo quando eram a favor do *establishment*, existindo uma tentativa notória de exploração da capitalização do ódio e do preconceito, através do abuso de termos negativos como “jihadismo”, “islamismo” e “terrorismo” (Figuras 11, 12 e 13).



Figura 11 - Manchete do Diário de Notícias do dia 23 de outubro de 2014

No *Público* foram encontrados 339 títulos referentes ao tema sendo 77 no ano de 2013, 134 no ano de 2014 e 128 no ano de 2015. Num universo de 1095 dias existiram referências em 31%. Dos 77 títulos no ano de 2013, 37 eram manchetes, 22 eram títulos laterais e 18 eram notas de rodapé. Durante o ano de 2014, 77 eram manchetes, 37 notícias laterais e 1520 notas de rodapé. Em 2015 encontramos 65 manchetes, 38 notícias laterais e 25 notas de rodapé. De realçar que diversas vezes se verificavam mais do que um título referente aos temas, podendo ser uma manchete e uma notícia lateral na mesma capa, sendo por exemplo uma sobre a Turquia e outra sobre Israel ou terrorismo, mas sempre com a guerra como tema de fundo, uma ou duas vezes por semana durante os três anos do estudo. Este jornal, tal como o anterior citado, privilegiou sempre o ponto de vista institucional, seguindo a ética cultural vigente em Portugal. As notícias tiveram, no entanto, um tom humanitário e tolerante bem como apaziguador de qualquer dos temas em questão, mesmo quando eram contra o “establishment”, existindo uma tentativa notória de despertar simpatia mostrando o lado da desigualdade, através do uso de fotografias de impacto negativo e termos como “migrações”, “reintegração” e “refugiados” (Figuras 14, 15 e 16).



Figura 14 - Manchete do Público do dia 18 de janeiro de 2015



Figura 15 - Manchete do Público do dia 8 de fevereiro de 2015



Figura 16 - Manchete do Público do dia 17 de novembro de 2015

No *Expresso* foram encontrados 34 títulos referentes ao tema sendo 02 no ano de 2013, 14 no ano de 2014 e 18 no ano de 2015. Num universo de 156 semanas existiram referências

em 22%. Dos 2 títulos no ano de 2013 ambos eram manchetes. Durante o ano de 2014, 7 eram manchetes, 3 notícias laterais e 4 notas de rodapé. Em 2015 encontramos 10 manchetes, 6 notícias laterais e 2 notas de rodapé. De realçar que diversas vezes se verificavam mais que um título referente aos temas, podendo ser uma manchete e uma notícia lateral na mesma capa, sendo por exemplo uma sobre a Ucrânia e outra sobre o Irão ou terrorismo, mas sempre com a guerra como tema de fundo, uma ou duas vezes por semana durante os três anos do estudo. Este jornal privilegiou sempre o ponto de vista institucional, seguindo a ética cultural vigente em Portugal. As notícias tiveram, no entanto, um tom humanitário e pessoal apelando à identificação humana de qualquer dos temas em questão, mesmo quando eram contra o “establishment”, existindo uma tentativa notória de despertar compaixão e aceitação mostrando histórias na primeira pessoa, através do uso de páginas inteiras e centrais e verbos como “lutar contra”, “defender” e “juntar” (Figuras 17, 18 e 19).



Figura 17 - Manchete do Expresso do dia 30 de Agosto de 2014



Figura 18 - Manchete do Expresso do dia 25 de outubro de 2014



Figura 19 - Manchete do Expresso do dia 29 de agosto de 2015

CONCLUSÕES

Podemos concluir pelo estudo feito e devendo considerar os exemplos expostos como representativos do tipo informação, de imagem enfim, de cultura que foi passado à população sobre o tema dos refugiados na Europa e da guerra nas suas diversas vertentes, seja na Síria ou na Ucrânia, que foi bastante coincidente nas três publicações, completa e condizente com o sentimento nacional sobre o assunto pois foi feito apelo às injustiças, foi feita identificação com os personagens, as desigualdades e revolta contra todo o tipo de extremismo mas sempre oferecendo a solução da integração e focando o lado humanitário como é tanto do agrado dos portugueses.

A "baixa noticiabilidade" dos assuntos europeus mencionada por HORTA, bem como o "mito" de que toda a imigração é má, que os imigrantes são todos terroristas ou que a islamização da sociedade é inevitável continuam a ser temas explorados, dando continuidade a uma cultura do medo. O sentimento da "nacionalidade" diretamente explorado em manchetes como "Português junta-se ao Estado Islâmico", "A noiva portuguesa..." ou mesmo "Grupo de portugueses combate o Estado Islâmico" também confirmam a tendência de tentativa de representação da memória coletiva por parte da imprensa (HORTA, 2005).

Segundo o estudo teórico apresentado anteriormente podemos afirmar que apenas o Diário de Notícias adotou uma postura "sensacionalista" de apresentação da informação, sendo de notar que esta investigação considera as outras duas publicações como imprensa de "qualidade", na linha do que foi descrito anteriormente.

No geral consideramos que o assunto foi tratado "dentro de portas" e aproveitado politicamente, mas foi fornecida informação razoável e de qualidade, embora sempre a "reboque" dos títulos estrangeiros, corroborada pelas transmissões televisivas nacionais em horário nobre e amplamente divulgada e discutida nas redes sociais, sendo o tom estabelecido pela imprensa escrita.

Não obstante, importa referir no âmbito desta investigação que as percentagens de tiragem e circulação são representativas de quanto os *media* foram decisivos na formação da identidade da sociedade num sentido lato, e da personalidade dos seus cidadãos num sentido restrito. Segundo GUARESCHI, "cada um de nós vive cercado por palavras e imagens que a toda a hora penetram nos nossos olhos, nos nossos ouvidos e na nossa mente" (2007). Se a uma percentagem média de 22% a 31% de manchetes ou notícias no período em questão,

de 2013 a 2015, juntarmos todos os outros jornais e periódicos bem como os telejornais, a rádio e as redes sociais, podemos afirmar, com segurança, que durante esses três anos se ouviram “diariamente” notícias sobre o assunto.

A propagação do medo, a descrença, o desânimo e um sem número de sentimentos mistos como o “horror” das mentes perante os naufrágios ou a desilusão das “almas” perante a impotência da UE, marcaram indelevelmente a nossa psique coletiva e individual e formaram, irreversivelmente, a opinião da comunidade em relação à imigração proveniente dos refugiados de guerra. Essa opinião irá, sem dúvida, refletir-se numa atitude hospitaleira e pouco crítica, por um lado exposta a fácil manipulação por parte do “establishment”, por outro constituindo uma boa base para uma relação intercultural saudável e uma boa integração do imigrante, como é, aliás, nosso apanágio.

Mais ainda, se tivermos em atenção que o único jornal, pertencente a este estudo, que se revelou sensacionalista, o Diário de Notícias, teve uma tiragem e uma circulação reduzidas de ano para ano durante a crise, e à luz da base teórica exposta anteriormente, podemos concluir que a informação mais verdadeira e mais próxima da realidade foi a que teve mais aderência por parte da sociedade, revelando que a posição da sociedade portuguesa em relação às diferenças culturais com o povo em questão permanecem serenas, e de uma abertura, sacrifício e altruísmo muito característico do povo português.

Não cabe neste estudo elencar as características do povo ou da sociedade portuguesa e em que medida elas foram modificadas por ação da imprensa, mas tão-somente estabelecer uma relação de causalidade, que pensamos foi conseguido. A ação da imprensa e das NTIC como elemento estruturante e formador do tecido social não pode mais ser encarado de forma leve e deixado ao acaso ou à ética das empresas privadas, obedecendo a lógicas de sobrevivência comercial. A liberdade de imprensa deve trazer responsabilidade, ao direito deve corresponder uma obrigação, e cabe a todos nós mais que ao Estado ou a qualquer outro sistema de controlo e governança, estarmos preparados para saber a diferença entre “informação” e “entretenimento”.

Como foi dito no início deste estudo a comunicação intercultural é um processo fluido e convergente com a identidade, que acontece intergeracionalmente e é gerador de novas identidades, sociedades e culturas. Este aspeto assume mais importância à luz da relação de causalidade da imprensa escrita e todo o tipo de informação em geral como televisões, rádios, e NTICs com a formação da opinião pública, conferindo-lhe um carácter quase direto,

intrínseco, íntimo, familiar, colocando-se ao mesmo nível de construção da identidade e substituindo-se em alguns casos, à formação escolar, à educação no seio da família ou à normatização institucional, entre outros.

Como tal consideramos a imprensa escrita e a restante *media* como centrais nas relações interculturais na Europa ou onde quer que elas aconteçam, devendo ser levadas em conta em qualquer processo de integração ou acolhimento de imigrantes.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio (2010). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (2ª ed). Belo Horizonte, Editora UFMG.

AHMADI, Nader (2005). “Globalisation, postmodernity and migration – Rethinking cultural identity”. *Multicultural Guide and Counselling*, Launikari and Puukari, II (6): 99-117. Finland, CIMO and Institute for educational Research.

ALMEIDA, D. (2017). *A Situação dos Refugiados e os Direitos Humanos. Representações na Imprensa Portuguesa: o caso dos jornais Diário de Notícias e Público*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. Universidade dos Açores: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

ANDERSON, Benedict (2005). *Comunidades Imaginadas. Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa, Edições 70.

ARBEX, José (2001). *Showrnalismo - a notícia como espetáculo*. 2ed. São Paulo, Casa Amarela.

BAUMAN, Zygmunt (2008). *Medo Líquido*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda.

BASTOS, J. (2002). “Eppur si muove” – Nota introdutória a uma antropologia dos processos identitários. In *Ethonologia* (pp. 11-35). Lisboa, Departamento de Antropologia da FCSH/UNL& Fim de Século.

BASTOS, J. & BASTOS, S. (1999). *Portugal Multicultural. Situação e estratégias identitárias das minorias étnicas*. Lisboa, Fim de Século.

BARREIROS, José (2012). *Democracia, Comunicação e Media*. Lisboa, Editora Mundos Sociais.

BASTOS, Mónica (2014). *A Competência de Comunicação Intercultural: olhares sobre a natureza do conceito e suas dinâmicas de desenvolvimento*. Cadernos do LALE. Universidade de Aveiro: UA Editora.

BERGER, P. & LUCKMANN, T. (1999). *A Construção Social da Realidade: Um livro sobre a Sociologia do Conhecimento*. Lisboa, Dinalivro.

- BREHM, E. (2010). *Dinâmicas de expressão da identidade de cidadãos Alemães residente na região de Lisboa: O papel das Instituições*. Dissertação de Mestrado. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- BRITO, Wladimir (2016). *Responsabilidade de proteger no direito internacional*. Coimbra, Editora Almedina.
- BOURDIEU, Philipe (1989). *O poder simbólico*. Lisboa, Difel.
- CADIMA, F. (s/d). *A União Europeia e os media em Portugal. Os casos do Diário de Notícias e do Público*. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/cadima-rui-uniao-europeia.pdf>
- CÁDIMA, Francisco Rui; MARTINS, Rosana; PEDROSO, Maria Goretti (orgs) (2011). *Espaço Público, Direitos Humanos e Multimedia: Novos Desafios*. Rio de Janeiro, Editora Multifoco.
- CARVALHO, M. (2007). *A construção da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas pela imprensa portuguesa. Uma análise comparativa de dois jornais diários*. Tese de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação. ISCTE.
- CARVALHO, A. (2018). *Os novos media e os direitos dos cidadãos*. Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/02/13/sociedade/opiniao/os-novos-media-e-os-direitos-dos-cidadaos-1802613>
- CASAS, C. (2012). *O Plano para a Integração dos Imigrantes: que preocupações com os idosos imigrantes?* Migrações, 10, 145-151.
- CASTELLS, Manuel (2002). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura - A sociedade em rede*. Vol. I. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTELLS, M. (2008). *O Poder da Identidade*. São Paulo, Paz e Terra.
- CASTELLS, Manuel (2011). *A Sociedade em Rede*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CIAMPA, A. (1987). *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- COMMAILLE, Jacques (1994). *L'esprit sociologique des lois. Essai de sociologie politique du droit*. Paris, PUF.

- CORREIA, Karla (2007). *Análise de Conteúdo do Jornalismo Impresso Natalense*. Monografia para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação, Universidade Federal do Rio do Norte, Natal, Brasil.
- CORREIA, S. (2013). *Discriminação nos media em Portugal. Uma análise da noticiabilidade na imprensa escrita portuguesa*. Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia. Universidade de Coimbra: Faculdade de Economia.
- CUNHA, I (2001). Comunicação: identidade e identidades em Portugal. *Comunicação & Educação*, 221, 57-72.
- CUNHA, Vanildes (2014). *Comunicação política mediada por redes sociais interativas: educação política do sujeito na sociedade pós-moderna*. Tese de Doutoramento em Ciência Política. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração.
- DAMÁZIO, Eloise (2008). “*Multiculturalismo versus Interculturalismo: por uma proposta intercultural do Direito*”. *Desenvolvimento em Questão*, 6 (12): 63-86.
- DRAPER, E. (1993). Risk, Society, and Social Theory. *Contemporary Sociology*, 22(5), 641-644.
- DUBAR, C. (1997). *A Socialização. Construção das Identidades Sociais e Profissionais*. Porto, Porto Editora.
- EIDE, Martin (2007). “*Encircling the Power of Journalism*”. *Nordicom Review*, Jubilee Issue, 21-29.
- FARIA, E. (2011). Sobre o conceito de identidade: apropriações em estudos sobre formação de professores. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 15(1), 35-42.
- FARIA, Luísa Leal de (1992). “*Unidade e diversidade: a cultura europeia e as línguas da Comunidade*”. *Análise Social*, vol. XXVII (1 18-119), 985-9.
- FERNANDES, Joana & LOURENÇO, Raquel (2017). “*Diversidade cultural e media no contexto europeu: regulação, economia e discurso*”. *Media & Jornalismo*, 17 (31): 73-84.
- FIGUEIREDO, Ana (2010). *Comunidade e Crime: O Discurso dos Media*. Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira interior, Covilhã, Portugal.

- FILHO, João; HERSCHMANN; Micael; PAIVA, Raquel (2004). “Rio de Janeiro: estereótipos e representações midiáticas”. E-Compós, 1: 1-15.
- FILHO, M. (2016). *Representações de Portugal nas Agências Internacionais de Notícias*. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação. ISCTE-IUL: Departamento de Sociologia e Políticas Públicas.
- FORTES, C. (2013). O Conceito de Identidade: considerações sobre sua definição e aplicação ao estudo da História Medieval. *Revista Mundo Antigo*, 2(4), 29-46.
- FOUCAULT, M. (1978). *História da Loucura*. São Paulo, Perspectiva.
- FREEMAN, Michael (1998). *Direitos Humanos Universais e Particularidades Nacionais. Direitos Humanos no Século XXI*. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Parte I - Mesa I, 303-331.
- GADOTTI, Giselle (2014). *Do Constitucionalismo ao Transconstitucionalismo: considerações sobre o(s) sentido(s) do constitucionalismo na contemporaneidade com especial referência aos Direitos Fundamentais*. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas. Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito.
- GANDIN, Luis; HYPOLITO, Álvaro (2003). “Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento (entrevista com Boaventura de Sousa Santos)”. *Currículo sem Fronteiras*, 3(2): 5-23.
- GARCEA, Elena (2005). “Culture as a starting point and framework for guidance and counselling – Basic concepts and perspectives”. *Multicultural Guide and Counselling*, Launikari and Puukari, II (4): 55-73. Finland, CIMO and Institute for educational Research.
- GASPARETTO JUNIOR, Antonio (s/d). *Antigo império egípcio*. Infoescola. Disponível em: <http://www.infoescola.com/autor/antonio-gasparetto-junior/358/>
- GIDDENS, A. (2004). *Sociologia*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- GOMES, Silvia (2011). *Crime na Imprensa. Representações sobre imigrantes ciganos em Portugal*. Braga, CICS, Universidade do Minho.
- GUARESCHI, Pedrinho (2007). “Media e democracia: o quarto versus o quinto poder.” *Revista Debates*, 1 (1): 6-25.

- HABERMAS, Jürgen (1984). *Mudança Estrutural da Esfera Pública – Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Flávio R. Kothe (trad.). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- HABERMAS, Jürgen (1997). *Direito e Democracia: Entre facticidade e validade – Volume I e II*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- HABERMAS, Jürgen (2004). *Verdade e justificação – Ensaios filosóficos*. São Paulo, Edições Loyola.
- HALL, S. (1999). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A.
- HALL, Stuart (2006). *Identidade Cultural na Pos-Modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A.
- HORTA, Ana Maria do Rosário Rei Silva (2005). *Imprensa e Memória Social da Europa*. Lisboa, ISCTE, pp.280.
- HORTA, Ana Paula Beja (2008). *A Construção da Alteridade – Nacionalidade, Políticas de Imigração e Acção Colectiva Migrante na Sociedade Portuguesa Pós-Colonial*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- JACINTO, S. & LUZ, P. (2009). *A Imigração em Portugal e na Europa*. Lisboa, QREN, DGERT, Ministério da Educação.
- JACKSON, J. (1991). *Migrações*. Lisboa, Escher.
- JÁCOMO, António (2004). *Cultura de fronteira, um desafio à integração*. Guarda, Centro de Estudos Ibéricos.
- KASTORYANO, Riva (org.) (2004). *Que identidade para a Europa?* Lisboa, Ulisseia.
- KEVIN, Deirdre (2003). *Europe in the Media. A Comparison of Reporting, Representation, and Rhetoric in National Media Systems in Europe*. London, Lawrence Erlbaum Associates.
- KNAUT, Julio; RIBAS, Cavalheiro; ZANONI, Percegon; JESUS, Almeida (2015). “*Identidade: eu, você e os outros – uma construção necessária*”. Revista Práxis, 6, 8-10.
- KYMLICKA, Will (2012). *Multiculturalism: Success, Failure and the Future*. Brussels, Migration Policy Institute Europe.

LAUNIKARI, Mika (2005). “*Intercultural communication as a challenge in counselling immigrants*”. Multicultural Guide and Counselling, Launikari and Puukari, III (9): 151-173. Finland, CIMO and Institute for educational Research.

LAUNIKARI, Mika, PUUKARI, Sauli (Eds), (2005). *Multicultural Guide and Conselling – Theoretical Foundations and Best Practices in Europe*. Finland, CIMO (Center for International Mobility) and Institute for Educational Research.

LIMA, Clóvis; GÓMEZ, Maria (2012). *Discursos habermasianos*. Rio de Janeiro: IBICT.

LOPES, A. (2016). *Migrações em Angola: preocupações acerca dos fluxos ilegais*. Dissertação de Mestrado. Évora, Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora.

MACHADO, Helena; SANTOS, Filipe (2009). A moral da justiça e a moral dos media: Julgamentos mediáticos e dramas públicos. In MARTINS, Moisés, *Caminhos nas ciências sociais. Memória, mudança social e razão: Estudos em homenagem a Manuel da Silva Costa*. Coimbra, Grácio editor.

MARTINS, Ana Isabel (2010). *A Europa e os Média*. Lisboa, Livros Horizonte.

MATIAS, Joana (2009). *Identidade cultural europeia: idealismo, projecto ou realidade?* Dissertação de Mestrado em Estudos Sobre a Europa. Universidade de Coimbra: Faculdade de Letras.

MELA, A. (2014). “*Urban public space between fragmentation, control and conflict.*” *City, Territory and Architecture*,1: 15.

MIRANDA, Antonio (2000). “*Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos*”. *Ci. Inf.*, Brasília, 29(2): 78-88.

MIROTSHNIK, V. (2008). *Integração e escola em populações imigrantes da ex-URSS*. (Teses; 18). ISBN. 978-989-8000-52-1.

MOREIRA, A. & OLIVEIRA, D. (2000). *Estudos Interdisciplinares de Representação Social*. Goiânia, Editora Goiânia.

MORIN, E. (1988). *O Paradigma Perdido: A Natureza Humana*. Lisboa, Publicações Europa América.

MORIN, Edgar (1987). *Pensar a Europa*. Lisboa, Publicações Europa-América, Lda.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES (2015). Disponível em: <https://www.om.acm.gov.pt/>

OLIVEIRA, V. (2001). *Avaliação psicopedagógica do adolescente*. Rio de Janeiro, Vozes.

PADILLA, Beatriz; PALMA, Filipa (2011). O racismo na "pele" dos jovens negros em Portugal. In MARTINS, Rosana; PEDROSO, Maria Goreti (orgs.). *Espaço Público, Direitos Humanos & Multimédia: Novos Desafios*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, Parte III, Cap. 11, pp. 165-177.

PALADINO, E. (2005). *O adolescente e o conflito de gerações na sociedade contemporânea*. São Paulo, Casa do Psicólogo.

PEDROSO, Rosa (2001). *A produção do discurso de sedução num jornal sensacionalista*. São Paulo, AnnaBlume.

PEREIRA, Fabrícia (2010). *A Europa nos media- estudo de caso sobre a europeização da esfera pública portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais – Área de Especialização em Estudos Europeus. Universidade Nova de Lisboa: FCSH.

PEREIRA, Luciana (2009). *O direito internacional dos refugiados: análise crítica do conceito “refugiado ambiental da coleção*. Belo Horizonte, Del Rey.

PEREIRA, Tito (2014). Os Guardiães da Pátria: O Exército Árabe da Síria e sua relação com o Povo e o Estado. *Revista de Geopolítica*, 5(1), 44-58.

PICCININ, F. (2000). *Notícias na TV Global: Diferenças (ou não) entre o telejornalismo americano e europeu*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/~boccmirror/pag/piccinin-fabiana-telejornalismo-americano-europeu.pdf>

PINHEIRO, Paulo Sérgio; GUIMARAES, Samuel Pinheiro (orgs.), (1998). *Direitos Humanos no Século XXI*. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.

QUIROZ, Lopez-Hurtado (2007). Trece claves para entender la interculturalidade en la educación latinoamericana. In: PRATS, E. (Coord.). *Multiculturalismo y educación para la equidad* (pp. 13-44). Barcelona: Octaedro-OEI.

- RAMOS, Natália (2011). Educar para a interculturalidade e cidadania: princípios e desafios. In ALCOFORADO, Luís et al., *Educação e formação de adultos políticas, práticas e investigação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra
- REGO, C., MENDES, M., REBELO, J. & MAGALHÃES, G. (2010). Perfil dos imigrantes em Portugal: por países de origem e regiões de destino. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 24, 17-39.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1993). “*Perspectivas Sociológicas da Interculturalidade*”. *Análise Social*, XXVIII (123-124): 869-878.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (2005). “*A Integração dos Imigrantes da União Europeia. Estratégia, O Mediterrâneo no Centro da Política Mundial*”. Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 21(1): 187-200.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (2006). *Dinâmicas da Filosofia Intercultural em Espaços Plurais: A Formação e a Prática. Formação de Professores de Línguas Estrangeiras: Reflexões, Estudos e Experiências*. Porto, Porto Editora, pp. 61-72.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (2015). *Das Migrações às Interculturalidades*. Lisboa, Edições Afrontamento.
- RODRIGUES, Noronha (2009). *The History of Asylum Law in the International Law (2006)*. *Temas de Integração*, 1&2(27&28), 313-360.
- ROSA, M., MARQUES, M., OLIVEIRA, C., OLIVEIRA, N. & ARAÚJO, F. (2000). *Imigrantes internacionais: dos factos ao conceito*. SociNova WP, n.º 17.
- SANTIAGO DE SOUSA, Renan & IVENICKI, Ana (2016). “*Multiculturalismo como política de inclusão/exclusão*”. *Nuances: estudos sobre Educação*, 27(1): 279-399.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2001). Os processos da globalização, in B. S. Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou utopia?* (pp. 31-106). Porto: Afrontamento.
- SARMENTO Clara (2014). “*Interculturalism, multiculturalism, and intercultural studies: Questioning definitions and repositioning strategies*”. *Intercultural Pragmatics*, Mouton de Gruyter, 11 (4): 603-618. Porto, CEI.
- SARMENTO, Clara (2015). *Estudos Interculturais Aplicados*. Porto, Vida Económica.

- SILVESTRE, F. (2011). *Um olhar sobre a imprensa: Representações sobre os requerentes de asilo e refugiados em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Migrações, Inter-eticidades e Transnacionalismo. UNL: FCSH.
- SOARES, W. (2003). A emigração valadarensense à luz dos fundamentos teóricos da análise de redes sociais. In Martes, A. & Fleischer, S. (Orgs.), *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo, Paz e Terra.
- SOUSA, A. (2005). *Investigação em Educação*. Lisboa, Livros Horizonte.
- SURETTE, Ray (1998). *Media, crime, and criminal justice Images and realities* (2nd ed.). New York, Wadsworth Publishing.
- TAYLOR, Charles (1998). *Multiculturalismo: Examinando a política do reconhecimento*. Lisboa, Instituto Piaget.
- THOMPSON, John (2005). *Media and Modernity – a social theory of the media*. Stanford, Stanford University Press.
- ZHANG, Yu; FRENS, Joep; FUNK, Mathias; HU, Jun; RAUTERBERG, Matthias (2014). *Scripting Interactive Art Installations in Public Spaces*. International Conference on Human-Computer Interaction HCI 2014: Human-Computer Interaction.

Outros documentos/sites consultados

A Carta dos Direitos Fundamentais. Fichas técnicas sobre a União Europeia, Parlamento Europeu.

http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_1.1.6.html,

consultada a 17 de setembro de 2016.

Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação.

<http://www.apct.pt/index.php>, consultada a 05 de março de 2018.

Jornal de Notícias (2016). *Quase todos os suspeitos da violência sexual em Colónia são estrangeiros*.

http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=4973678&page=-1,

consultada a 17 de fevereiro de 2016.

JUSTO, António (2013). *Islão na Europa: o diálogo é possível?* [http://www.alem-](http://www.alem-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EFVAAZkkVVIvzisGI)

[mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EFVAAZkkVVIvzisGI](http://www.alem-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EFVAAZkkVVIvzisGI),

consultada a 21 de maio de 2016.

LÔBO, Karla; NASCIMENTO, Verônica (2012). *Juventude e Identidade: Um Estudo Sobre a Construção Histórica de Pertencimento em Jovens*. [http://www.unicap.br/jubra/wp-](http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/Trabalho_2070008797_1.pdf)

[content/uploads/2012/10/Trabalho_2070008797_1.pdf](http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/Trabalho_2070008797_1.pdf), consultada a 20 de fevereiro de

2018.

SILVA, Marisa Torres (2009). “*Portuguese Press and its Public. Perceptions and Motivations*”. *Revista Media e Jornalismo*, 14(8): 85-107.

[http://cimj.org/images/stories/docs_cimj/n14-09-portuguese-press-and-its-public-](http://cimj.org/images/stories/docs_cimj/n14-09-portuguese-press-and-its-public-perceptions-and-motivations.pdf)

[perceptions-and-motivations.pdf](http://cimj.org/images/stories/docs_cimj/n14-09-portuguese-press-and-its-public-perceptions-and-motivations.pdf), último acesso: 04/01/2016

VALENTE, S. (2008). “*Introdução*”.

http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/717/2/17452_Parte_2.pdf, consultado a 15 de maio

de 2018.

